



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

ÍTALO HENRIQUE DE FREITAS RAMOS DA SILVA

**SOBRE HISTÓRIA DE GESTÃO E NEGÓCIOS: uma revisão sistemática de
literatura e agenda de pesquisa**

Caruaru
2020

ÍTALO HENRIQUE DE FREITAS RAMOS DA SILVA

**SOBRE HISTÓRIA DE GESTÃO E NEGÓCIOS: uma revisão sistemática de
literatura e agenda de pesquisa**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Administração
da Universidade Federal de Pernambuco,
como requisito parcial para a obtenção do
título de Bacharel em Administração.

Área de concentração: Ciências Sociais
Aplicadas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elisabeth Cavalcante dos Santos

Caruaru

2020

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Simone Xavier - CRB/4 - 1242

S586s Silva, Ítalo Henrique de Freitas Ramos da.
Sobre história de gestão e negócios: uma revisão sistemática de literatura e agenda
de pesquisa. / Ítalo Henrique de Freitas Ramos da Silva. – 2020.
74 f. il. ; 30 cm.

Orientadora: Elisabeth Cavalcanti dos Santos.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de
Pernambuco, CAA, Administração, 2020.
Inclui Referências.

1. Historiografia. 2. Administração. 3. Epistemologia. 4. Método. I. Santos,
Elisabeth Cavalcanti dos (Orientadora). II. Título.

CDD 658 (23. ed.)

UFPE (CAA 2020-090)

ÍTALO HENRIQUE DE FREITAS RAMOS DA SILVA

**SOBRE HISTÓRIA DE GESTÃO E NEGÓCIOS: uma revisão sistemática de
literatura e agenda de pesquisa**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Administração da Universidade Federal
de Pernambuco, como requisito parcial
para a obtenção do título de Bacharel em
Administração.

Aprovado em: 29/10/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Elisabeth Cavalcante dos Santos (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Ana Márcia Batista Almeida Pereira (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Myrna Suely Silva Lorêto (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho ao meu pai, Wilson (*in memoriam*), a minha avó materna, Maria Celestina, e a minha mãe, Lúcia, seres singulares que me ofereceram a educação como possibilidade de (re)construção da minha própria narrativa histórica da vida.

AGRADECIMENTOS

De início, agradeço imensamente o suporte recebido de todo o meu núcleo familiar que me possibilitou estar no ambiente universitário, ao mesmo tempo que me permitiu também permanecer neste ambiente até a conclusão do curso. Em especial, agradeço a minha avó materna, Maria Celestina, e a minha mãe, Lúcia Maria, seres especiais que me mostraram a educação como caminho para buscar a autonomia na construção da minha própria história de vida.

Meus profundos agradecimentos também se direcionam à minha orientadora e grande amiga, a Prof^a. Dr^a. Elisabeth Cavalcante dos Santos, ser de luz que me ofereceu - desde o início da graduação – oportunidades de acessar e produzir o conhecimento científico. Seguramente, o resultado deste trabalho foi derivado de muito empenho atrelado ao aproveitamento das oportunidades que me permitiram maior autonomia de pensamento crítico.

Neste espaço, também cabe os agradecimentos aos meus amigos de curso rotulados de “Turma da Bagunça” que, quando juntos, enfrentamos os empecilhos e as dificuldades existentes até a conclusão da graduação. Agradeço também a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, fizeram parte dessa minha jornada de busca pelo conhecimento.

RESUMO

O forte argumento de que a “história importa” para as pesquisas realizadas no contexto da gestão e negócios ganhou espaço entre os pesquisadores da área, e movimentos acadêmicos intitulados de “virada humanística”, ou mesmo “virada histórica”, juntaram esforços para promover a cooperação mútua entre a teoria organizacional e a história de negócios. O que ainda não ficou claro é como a literatura especializada da área de gestão e negócios respondeu às exigências teórico-metodológicas para se tornar “mais histórica”. Assim, o objetivo geral deste trabalho é realizar uma revisão sistemática da produção científica especializada nas áreas da história de negócios e gestão entre os anos de 2011 até 2020 a partir dos periódicos *Business History*, *Business History Review*, *Journal of Management History* e *Management & Organizational History*. A estratégia metodológica baseada na revisão sistemática da literatura resultou no levantamento final de 231 artigos que foram analisados através das técnicas de codificação aberta, axial e seletiva. Os principais resultados foram sintetizados em 6 linhas amplas e centrais de pesquisa, nas quais foram apresentados os principais focos de análises, problemas empíricos, contribuições científicas, limitações e críticas comuns. Esta pesquisa é contributiva quando a premissa central de que a compreensão das decisões teórico-metodológicas dos pesquisadores ajuda a entender as abordagens historiográficas adotadas é bem aceita, e responde às questões de “quais as posições epistemológicas e as teorias utilizadas pelos pesquisadores?” e “como essas escolhas epistemológicas delimitaram as decisões metodológicas na operacionalização da pesquisa historiográfica”? Além disso, oferecemos uma agenda de pesquisa que oportuniza novos *insights* e alternativas para pesquisas futuras que ampliem nossa compreensão sobre gestão e negócios em cooperação com a história.

Palavras-chave: Historiografia. Administração. Epistemologia. Método.

ABSTRACT

The strong argument that "history matters" for research conducted in the field of management and business has gained ground among researchers, and academic movements entitled "humanistic turn", or even "historical turn", joined efforts to promote mutual cooperation between organizational theory and business history. For us, what is not yet clear is how the specialized literature in the field of management and business responded to the theoretical and methodological requirements to become "more historic". Thus, the general objective of this work is to carry out a systematic review of the scientific production specialized in the field of business history and management history between the years 2011 to 2020 from journals such as Business History, Business History Review, Journal of Management History and Management & Organizational History. We chose the methodological strategy based on a systematic literature review that resulted in the final survey of 231 articles that were analyzed using open, axial, and selective coding techniques. The main results were summarized in 6 central lines of research in which we present the main focuses of analysis, empirical problems, scientific contributions, limitations, and common criticisms. Our research is contributory when the central premise that understanding the researchers' theoretical-methodological decisions helps to understand the historiographic approaches adopted is well accepted. We also contribute when answering the questions of "what are the epistemological positions and theories used by researchers?" and "how did these epistemological choices define methodological decisions in the operationalization of historiographical research"? Also, we offer a research agenda that provides new insights and alternatives for future research that broadens our understanding of management and business in cooperation with history.

Keywords: Historiography. Management. Epistemology. Method.

LISTA DE SIGLAS

AMR	ACADEMY OF MANAGEMENT REVIEW
BH	BUSINESS HISTORY
BHR	BUSINESS HISTORY REVIEW
JHM	JOURNAL OF MANAGEMENT HISTORY
MOH	MANAGEMENT & ORGANIZATIONAL HISTORY

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA, GESTÃO E NEGÓCIOS	14
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
4.1.	Sobre capitalismo, empreendedorismo e redes de governança	27
4.2.	Sobre estratégias, investimentos e internacionalização	30
4.3.	Sobre sistemas regulatórios e direito comercial	32
4.4	Sobre historiografia, métodos e fontes históricas	34
4.5	Sobre abordagem crítica, narrativas históricas e memórias	37
4.6	Sobre gestão, trabalho e ideologias gerenciais	41
5	AGENDA DE PESQUISA	48
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
	REFERENCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

As questões sociais e organizacionais podem ser mais bem compreendidas quando analisadas considerando aspectos temporais e contextuais. Certamente, a pesquisa social ganha quando não negligencia a contribuição interdisciplinar das ciências humanas ao se envolver com novos fenômenos, explicações, teorias e métodos de pesquisa (LAWRENCE, 1984). Parece haver algum consenso na literatura de que as ciências sociais aplicadas, de maneira geral, e a área de gestão em específico, têm se distanciado das ciências humanas (ZALD, 1993; KIESER, 1994; GREENWOOD; BERNARDI, 2013) e, em especial, da história (ZALD, 1993; CLARK; ROWLINSON, 2004). Lawrence (1984) chegou a argumentar incisivamente que a cultura ocidental moderna apresenta o valor social pelo progresso exacerbado em que o presente é visto como melhor e mais avançado do que o passado - comumente rotulado de primitivo. Isso fez com que Zald (1993, p. 514) fosse categórico ao afirmar que as “questões centrais das ciências sociais são explicadas nas ciências humanas” e, portanto, há coerência em relacionar essas áreas do conhecimento, naquilo que o autor chamou de “virada humanística”, para compreender as organizações, mercados, gestão e negócios.

De qualquer forma, os diferentes tratamentos fornecidos pelos pesquisadores sociais e historiadores em relação ao passado, história e contextos de pesquisa podem ser percebidos na área particular das pesquisas em gestão e negócios. Isso tem gerado debates animados sobre ontologia, epistemologia e métodos (WADHWANI et al., 2018; AUSTIN; DÁVILA; JONES, 2017; VAN LENT; DUREPOS, 2019). Quando Zald (1996) defendeu a aproximação da teoria das organizações com as ciências humanas, aparentemente o autor estava defendendo uma concepção crítica e autônoma da educação gerencial que pudesse perceber as distorções teóricas enquanto abstrações universais descontextualizadas no tempo e espaço de sua produção. Quase uma década depois, o movimento intitulado de “virada histórica” por Clark e Rowlinson (2004) começou a ganhar força com um artigo publicado no periódico da *Business History* (BH). Logo em sequência, o periódico nomeado de *Management & Organizational History* (MOH) foi inaugurado em 2006 como desdobramento desse movimento que prometeu tornar os estudos em gestão e organizações “mais históricos”.

No primeiro editorial do periódico, os então editores Booth e Rowlinson (2006) fizeram questão de evidenciar 10 linhas de pesquisas possíveis que instigassem os pesquisadores a produzirem seus artigos e reflexões que pudessem ser publicados nesse novo canal de divulgação. Esses artigos e reflexões factualmente vieram e depois duas edições especiais foram realizadas para comemorar o movimento da “virada histórica” nos periódicos de gestão como o MOH e a *Academy of Management Review* (AMR), que decerto ampliaram a discussão sobre epistemologia e método nesta área de pesquisa (e.g. GODFREY et al., 2016; MILLS et al., 2016). Bowie (2019) argumentou recentemente que o MOH e o *Journal of Management History* (JMH) são os dois principais periódicos na área de gestão que possuem ligação muito próxima com a história. O JMH pouco tempo atrás também dedicou uma edição especial de comemoração de 20 anos de existência do periódico, renovando o compromisso em continuar o debate entre as disciplinas de gestão e história (CARRAHER, 2015).

Em todo caso, o que nós temos percebido nesse movimento que afirmou com veemência que “a história importa” para a área de pesquisa em gestão, é que os teóricos organizacionais não demonstraram ter tanta rapidez para realizar essa tarefa. Em paralelo, a área de negócios se envolveu com a história já há bastante tempo. Both e Rowlinson (2006) colocaram que a história de negócios possui seus periódicos bem delimitados como o BH e também o *Business History Review* (BHR). O argumento de Butzbach (2018) é bem esclarecedor quando pontua que, durante o século XX, os estudos de gestão foram aos poucos se distanciando da história de negócios com a pretensão de fornecer análises mais formais e objetivas. Nesse contexto, ele esclarece que é possível perceber que a “virada histórica” deixou a área de gestão com lacunas teórico-metodológicas mais acentuadas que precisam ser investigadas. Sem dúvida, que os aspirantes à virada histórica concordariam com Greenwood e Bernardi (2013), quando eles afirmam que as teorias pós-modernas colaboraram para deixar as pesquisas históricas menos objetivistas, ao passo que as teorias interpretativas incomodaram a cobiça pela universalidade das pesquisas em gestão e negócios. Portanto, é inevitável deduzir que novas perspectivas teóricas impulsionaram o uso de outras abordagens metodológicas.

Isso é particularmente verdade quando Hansen (2012, p. 715) solicitou que os historiadores de negócios elaborassem estratégias analíticas que pudessem contribuir para “novos conhecimentos e [uma] melhor comunicação e cooperação

com as ciências sociais”. Não muito diferente da solicitação feita por Hansen (2012), no contexto das pesquisas em gestão, Greenwood e Bernardi (2013) pediram por uma cooperação entre a teoria das organizações e a disciplina da história. Os autores reconhecem a natureza multiparadigmática de ambas disciplinas, e argumentam existir a possibilidade de cooperação apesar das diferenças práticas e epistemológicas. Não é de se surpreender, portanto, que abordagens historiográficas variadas ocasionem pesquisas que sejam diversificadas em suas teorias, métodos e objetos de investigação científica. Desse modo, baseados na afirmação de Rowlinson, Hassard e Decker (2014, p. 252), de que “a historiografia ainda não recebeu uma mesma análise sistemática na teoria das organizações”, e inspirados pelo convite feito por Batiz-Lazo (2019), que incentivou os pesquisadores a se engajarem em revisões críticas da literatura, que emergiu o movimento da “virada histórica” no pensamento de gestão e negócios. Logo, o nosso principal objetivo neste texto é realizar uma revisão sistemática da produção científica especializada nas áreas da história de negócios e gestão entre os anos de 2011 até 2020 a partir dos periódicos BH, BHR, JOH e MOH.

Talvez Booth e Rowlinson (2006, p. 19) tenham exagerado ao argumentarem que nem os profissionais de gestão, nem os acadêmicos da área “sabem muito sobre a história de negócios, ou a história da gestão e do pensamento gerencial”. Em algum ponto desse argumento, Barros e Carrieri (2015) parecem concordar quando pontuaram que, no contexto brasileiro, as construções de narrativas históricas sobre gestão são ainda tímidas ou incipientes. Sendo assim, concordamos com a colocação de Schwarz (2015), que a história de gestão e a história de negócios constituem áreas importantes de produção científica que precisam ser analisadas. Alguns artigos de revisão da literatura que examinamos são estreitos em escopo de análise da produção científica e limitados quando não se preocupam em propor uma agenda de pesquisa (e.g. ROWLINSON; HASSARD, 2013; SCHWARZ, 2015; STEELE et al., 2015). Seguramente, a preocupação dessas revisões foram as medições de citações e o fator de impacto dos artigos (e.g. JAIN; SULLIVAN, 2015; OJALA et al., 2017).

Mesmo Ojala et al. (2017, p. 308) disseram que “apenas raramente o conteúdo dos artigos foi analisado com mais detalhes”, e estamos certos que essas revisões da literatura não ajudaram a sistematizar e estabelecer o que Schwarz (2015, p. 499) chamou de “tradição cumulativa de pesquisa”. Não podemos dizer

que essas revisões conseguiram responder às indagações intrigantes de Rowlinson, Hassard e Decker (2014) sobre quais os tipos de histórias que estão sendo escritas? ou, ainda, quais histórias estão sendo lidas na produção científica da área de gestão e negócios? Isso porque as análises temáticas usadas nas revisões não discutiram ou discutiram, de maneira limitada, as teorias e métodos utilizados nos artigos. Portanto, a nossa revisão sistemática se concentrou na dimensão qualitativa mediante duas questões que orientaram nossa análise sistemática. A primeira diz respeito a: quais as posições epistemológicas e as teorias utilizadas pelos pesquisadores em resposta aos seus problemas de pesquisa? E segundo, como essas escolhas epistemológicas e teóricas dos pesquisadores delimitaram as decisões metodológicas na operacionalização da pesquisa historiográfica?

Assim, a premissa central que orienta este texto é que a compreensão das decisões teórico-metodológicas dos pesquisadores ajuda a entender as abordagens historiográficas adotadas recentemente na área particular das pesquisas em gestão e negócios, no que se refere aos pressupostos, às abordagens, aos meios e contextos. Por “pressupostos”, estamos preocupados em explicar os motivos pelos quais os autores usaram certas epistemologias e repulsaram outras. Por “abordagens”, analisamos as teorias que foram utilizadas. Por “meios”, buscamos entender os métodos que respondem ao “como” a pesquisa foi realizada, e por “contextos”, localizamos “onde” os problemas de pesquisas procuraram ser respondidos. Ademais, buscamos instigar os pesquisadores a procurarem por novos problemas de investigação científica quando propomos uma agenda de pesquisa. Assim, esperamos que este artigo contribua em resposta à alegação de Hansen (2012, p. 710), ao dizer que “há sempre uma escolha [teórica] a fazer, dependente das visões ontológicas e epistemológicas do pesquisador”, e também demonstre alternativas metodológicas que atenuem as queixas de Decker, Kipping e Wadhvani (2015, p. 2) quando defenderam “o desenvolvimento de uma variedade de metodologias reflexivas na pesquisa histórica”.

2 A RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA, GESTÃO E NEGÓCIOS

Não é de hoje que a literatura na área de gestão e negócios tem se envolvido com a história, ou como alguns autores costumam chamar, com o “tratamento” ou “uso” que se faz do passado (LAWRENCE, 1984; CLARK; ROWLINSON, 2004; WADHWANI et al., 2018). Isso é particularmente verdade, por exemplo, na disciplina da história de negócios. Austin, Dávila e Jones (2017) afirmam que, em 1928, a Harvard Business School teve fundamental importância nos estudos que buscavam entender as grandes e bem sucedidas corporações. A preocupação primordial era compreender como a história poderia ser usada no ensino de novos gestores e administradores na compreensão dos problemas acontecidos à época. Na área dos estudos em gestão, esse debate se intensificou durante a década de 1990 e as discussões logo ganharam contornos sobre a possível aproximação entre história, no campo das ciências humanas, e teoria das organizações, enquanto ciência social aplicada (ZALD, 1993). Kieser (1996) foi bem preciso no seu ensaio intitulado “Porque a teoria da organização precisa de análises históricas”, e sagazmente argumentou como essas análises deveriam ser feitas.

As pesquisas na área de negócios e gestão dificilmente apresentam seus resultados teóricos e discussões epistemológicas de maneira unificada, o que fez Zald (1996) perceber que a relação entre as áreas da história, gestão e negócios pode deixar o campo de pesquisa mais fragmentado do que aparenta ser. Contudo, o autor defende o envolvimento dessas diferentes disciplinas ao acreditar que as pesquisas interdisciplinares ganham resultados de maior profundidade analítica quando investigamos os fenômenos sociais e organizacionais. Assim, o argumento convincente de Greenwood e Bernardi (2013, p. 923), de que “não pode haver organizações sem História, História sem organização social e Sociologia sem História”, tenta acomodar as necessidades inerentes da teoria da história e da teoria social em um pedido de cooperação entre as áreas de estudo. Esse pedido por cooperação chega quase uma década depois de Clark e Rowlinson (2004) convocarem uma “virada histórica” nos estudos de gestão, e acontece simultaneamente ao argumento de Rowlinson (2013, p. 327) em uma carta editorial no MOH, afirmando que “houve mais progresso em direção a uma virada histórica na teoria das organizações” em periódicos especializados da área como o BH, BHR, JMH e MOH.

É bem verdade que os periódicos de história de negócios possuem uma tradição de pesquisa mais antiga do que os periódicos especializados sobre história e gestão. Um exemplo disso é o periódico *Management & Organizational History* que foi inicializado somente em 2006 (BOOTH; ROWLINSON, 2006). Ao resgatar a afirmação de Zald (1996, p. 256), de que “todo comportamento é histórico” e que há pouco debate sobre o passado, história e historiografia entre os pesquisadores organizacionais, é preciso pontuar que esse debate parece ter começado desde que Lawrence (1984) propôs usar o passado para estudar as questões do presente. A autora defendeu a distinção entre pesquisa histórica e perspectiva histórica, posicionamento que advoga em favor de pesquisas longitudinais como maneiras de compreender as questões sociais e organizacionais a partir de uma perspectiva histórica em contraste ao uso da pesquisa histórica com recortes específicos em determinada época. Isso pareceu ressoar na alegação irônica de Clark e Rowlinson (2004) de que as pesquisas longitudinais “militam” contra a “virada histórica” na área de gestão e negócios, por pressupor que a história seja uma linha do tempo simplória sobre o passado.

Mais tarde, o objetivo declarado de Booth e Rowlinson (2006, p. 9) em promover uma “escrita historicamente informada na teoria das organizações”, ao mesmo tempo, que articula uma “pesquisa histórica informada pela teoria das organizações”, sem dúvidas se assemelha ao pedido por cooperação entre as disciplinas feitas por Greenwood e Bernardi (2013) e ratificada posteriormente por Maclean, Harvey & Clegg (2016). Estes últimos autores, por exemplo, alegam que é preciso compreender as fronteiras ontológicas e epistemológicas de cada área de estudo e responder a uma autenticidade verídica, esperada dos pesquisadores que buscam unir as disciplinas. Para a área de gestão e negócios, é esperada a autenticidade no desenvolvimento da teoria com efeitos práticos. Isso acontece em parte pelo caráter aplicado dessa área de estudo que busca responder aos problemas atuais da sociedade e das organizações (GREENWOOD; BERNARDI, 2013) e, em parte, pela pretensão de buscar explicações que refinem as teorias já existentes (MACLEAN; HARVEY; CLEGG, 2016). Para a área da história de negócios, existe a preocupação com a escrita historiográfica e a construção de narrativas que compreendam partes do passado em diferentes sociedades, contextos e mercados (AUSTIN; DÁVILA; JONES, 2017).

Dessa maneira, algumas preocupações e tipologias foram foco de debates recentes em estudos conceituais que tentaram entender como as abordagens historiográficas foram utilizadas pelos pesquisadores em gestão e negócio (e.g. ROWLINSON; HASSARD; DECKER, 2014; MACLEAN; HARVEY; CLEGG, 2016, SUBBADY; FOSTER, 2017). Aqui, resgatamos essas distinções teóricas a partir desses estudos em, pelo menos, quatro pontos: (1) a relação ambígua entre os termos história e passado; (2) o posicionamento das abordagens historiográficas; (3) o tratamento dos arquivos como fonte de informações históricas; e (4) os objetos e contextos práticos das pesquisas. Talvez surpreendentemente, o que nos parece preocupante no resgate desse debate que apresentamos em sequência, é a falta de uma sistematização da literatura especializada na área particular de gestão e negócios que apresentasse evidências mais palpáveis do comportamento recente desta literatura. Isso é particularmente importante para o avanço desta área de pesquisa quando observamos incompletudes teórico-metodológicas frente às novas possibilidades de pesquisas futuras. Cientes disto, mobilizamos essa discussão conceitual para aguçar nossa análise posterior da literatura.

Quando Clark e Rowlinson (2004) propuseram a “virada histórica”, eles já haviam colocado a preocupação com a ambiguidade que o termo história poderia apresentar. Seja quando a história é compreendida como as narrativas que os atores sociais constroem sobre o passado, seja também quando a história aparenta representar as ações humanas em sua completude no passado. Wadhvani et al. (2018, p. 1666) também demonstraram essa preocupação quando pontuaram que “o termo ‘história’ pode ser enganosamente escorregadio”. Os autores completam o argumento afirmando que o passado pode ser interpretado como os eventos que acontecem antes do presente de modo cronológico, ao passo que a história é compreendida a partir dos usos que os atores sociais fazem deste passado. Mas, eles mesmos sugerem haver “várias maneiras pelas quais o passado é usado”, e complementam quando reconhecem o papel da história “em processos mais amplos de conhecimento epistemológico e ontológico” (WADHWANI et al., 2018, p. 1664). Com isso, podemos ponderar que a forma como a teoria da história é acionada pelos teóricos de gestão e negócios varia mediante a posição onto-epistemológica defendida.

O historiador de negócios Hansen (2012, p. 700) chegou a reconhecer que “a história é uma das forças mais poderosas da sociedade” e, portanto, a existência de

um diálogo interdisciplinar pode beneficiar o modo como compreendemos a organização do mercado e do capitalismo na gestão dos negócios. Já os teóricos organizacionais, Rowlinson, Hassard e Decker (2014) ressaltam a preocupação que precisamos ter em utilizar explicações históricas que respeitem nossos valores e perspectivas enquanto comunidade científica. Greenwood e Bernardi (2013) tentaram explicar que o “papel do historiador” é compreender o passado com o auxílio de abordagens ou “ferramentas” que possibilitam a escrita da história. Compreendemos o termo “ferramentas” como as teorias e metodologias que utilizamos na prática da pesquisa historiográfica que refletem na forma como escrevemos e apresentamos nossos relatórios de pesquisa.

Assumindo uma postura crítica na teoria da história, Durepos, Shaffner e Taylor (2019, p. 9) entendem abordagem historiográfica ou historiografia como o processo amplo de pesquisa em que os teóricos transformam “o passado em história” através da escrita. Com alinhamento parecido, é certo para Hansen (2012) que as pessoas, organizações e sociedades são “sustentadas” por histórias e, portanto, a abordagem que usamos para “contar” estas histórias expõe e também silencia parte do passado. Afinal, ele argumenta “o que não é dito pode também não existir. Ao mesmo tempo, narrativas [históricas] fortes não são facilmente esquecidas” (Hansen, 2012, p. 700). Dificilmente, seus colegas e historiadores de negócios Austin, Dávila e Jones (2017) discordariam desse argumento até porque, conforme defendem, a historiografia tradicional na área de negócios privilegia contextos de pesquisas situados na Europa, América do Norte e Japão, enquanto os contextos de gestão e negócios na África, Ásia e América Latina são esquecidos ou abandonados. Diante disso, Mordhorst e Schwarzkopf (2017) afirmam que a nova geração de historiadores de negócios e organizacionais estão preocupados com os aspectos epistemológicos e teóricos, que o poder das narrativas tem na história social e cultural.

A maioria dos teóricos organizacionais e historiadores de negócios chegariam a concordar com a afirmação contundente de Zald (1996, p. 257) que os “modos de organização têm história”, e que, isso, poderia nos ajudar a entender as várias formas de organizações singulares e recorrentes da vida em sociedade. Contudo, o autor já ressaltava que a forma de compreensão sofisticada das abordagens historiográficas nas pesquisas sociais estava atrelada a posições epistemológicas a partir de uma visão positivista por um lado, e visões humanista-interpretativas por

outro. Essas duas maneiras antagônicas de enxergar os problemas sociais e organizacionais através das abordagens historiográficas acenderam discussões e argumentos acirrados na comunidade científica. Clark e Rowlinson (2004) chegaram a dizer que a área de gestão e negócios “tratam” a história com uma visão determinista do passado que supostamente foi “descoberto” pelos pesquisadores através de um realismo histórico exagerado. Em sequência, Booth e Rowlinson (2006) confirmaram esse argumento dizendo que as diferentes abordagens historiográficas poderiam tornar a teoria das organizações menos “presentistas” e “universalistas” enquanto dispositivos retóricos anacrônicos.

Por sua vez, Batiz-Lazo (2019, p. 114) fornece um contraponto ao movimento pós-modernista - ao qual Both, Clark e Rowlinson se filiam denominado de “virada histórica” - quando afirma que este movimento é uma “abordagem míope e tecnicamente pobre”. O autor tece severas críticas às proposições teóricas informadas pelo movimento que deixou “um vazio conceitual e empírico após uma crítica elaborada” (2019, p. 122), e ressaltou que é preciso ter cuidado com a desinformação e as falácias teóricas erroneamente propagadas. No âmbito da história de negócios, Hansen (2012), de maneira similar, discutiu as visões epistemológicas distintas que a literatura da área parece adotar nas pesquisas. O autor escreveu que “do ponto de vista realista, o caminho de uma organização não pode ser alterado porque sua história é essencial” e, em sequência, complementou contrastando que “do ponto de vista construtivista e narrativo, uma organização (ou nação, comunidade ou indivíduo) não possui apenas uma história” (HANSEN, 2012, p. 701). Em seu texto, o autor chegou a concluir em favor de uma visão construtivista a partir de uma abordagem narrativa e cultural para a literatura na área da história de negócios com a pretensão de tornar as pesquisas mais multidisciplinares.

O que parece ser intrigante em toda essa discussão epistemológica é que os recorrentes pedidos por histórias alternativas de negócios em mercados e contextos emergentes como fizeram Austin, Dávila e Jones (2017), ou mesmo abordagens variadas que “usam o passado” na teoria das organizações, como mostrado por Wadhvani et al. (2018), fizeram-nos inferir que possivelmente as pesquisas já realizadas devam resultar em conclusões e interpretações variadas dos fenômenos sociais de maneira geral, e dos fenômenos no âmbito da gestão e negócios mais especificamente. Por consequência, sistematizar a literatura recente especializada

nas áreas da história, gestão e negócios de maneira articulada pode proporcionar uma compreensão de “como” costumam ser elaborados os problemas de pesquisa, do “por que” que estes problemas têm sido pesquisados pela comunidade acadêmica e “por quais” caminhos as pesquisas tendem seguir em um futuro próximo. Isso requer perceber ainda que as posições epistemológicas assumidas pelos pesquisadores refletem nos métodos que são adotados nos *designs* das pesquisas.

Como os arquivos e as fontes históricas são utilizados na história de negócios, esta foi a preocupação principal apresentada pelo historiador de negócios Schwarzkopf (2013) que se preocupou em lembrar que os arquivos, enquanto fonte-base de informações das pesquisas historiográficas, não são espaços neutros e atuam como locais de produção de conhecimento. Teóricos organizacionais como Barros (2016) e Barros, Carneiro e Wanderley (2018) também demonstraram preocupações com a reflexividade dos arquivos e narrativas históricas que constroem o passado organizacional por meio das memórias e silêncios. De Jong, Higgins e Van Driel (2015) sugerem uma abordagem metodológica diferenciada rumo à uma “nova história de negócios”. Os autores analisaram uma amostra de artigos empíricos publicados entre períodos de tempo espaçados em periódicos como BH e a BHR para argumentar a existência preponderante do uso de estudos de caso enquanto estratégia metodológica utilizada pelos historiadores de negócios, que consiste, segundo os autores, em um “retrocesso metodológico” na área. Eles estão preocupados em defender a “aplicação de métodos empíricos que examinem ideias e teorias, submetendo-as a testes rigorosos de hipóteses” (2015, p. 11), e concluem em favor de “uma abordagem científica da história dos negócios” (2015, p. 12).

Decker, Kipping e Wadhvani (2015, p. 2) foram rápidos em responder à proposta feita por De Jong e colegas quando ressaltaram que a “história de negócios não se encaixa facilmente em nenhuma categorização do antigo *versus* o novo”, e logo se preocuparam em aconselhar que as escolhas metodológicas estão relacionadas aos pressupostos epistêmicos de cada projeto de pesquisa em particular. Para nossos propósitos aqui, no entanto, é mais importante atermo-nos a compreender como a variedade das pesquisas no âmbito da história de negócios e gestão pode proporcionar novos problemas, teorias, métodos e objetos de estudos. Por exemplo, a tipologia de estratégias de pesquisa colocadas por Rowlinson,

Hassard e Decker (2014) classificou a proposta de testar hipóteses para generalizar as teorias e incentivar o “progresso científico” elaborada por De Jong, Higgins e Van Driel (2015, p. 13) como história em série - no qual os fenômenos em estudo se repetem e as teorias podem ser verificadas. Para os autores, outras estratégias também são possíveis, entretanto, a história corporativa parece se sobressair diante das demais estratégias, como as estruturas analíticas e a história etnográfica.

Outros autores que também se preocuparam em elaborar uma tipologia de estratégias de pesquisas historiográficas foram Maclean, Harvey e Clegg (2016). Para eles, essa tipologia seria a base para o desenvolvimento dos “estudos históricos em organizações”. De acordo com o estudo que desenvolveram, a história pode ser categorizada como avaliação, que testa as teorias existentes através das evidências históricas, ou em contraste, como narrativa, que privilegia as narrativas históricas sensíveis ao contexto sociocultural em detrimento das generalizações teóricas. Os autores ainda mencionam a história como explicação, quando os registros históricos passam por interpretações sobre teorias e processos sociais mais amplos, e também a possibilidade de a história ser acionada para conceituar e gerar novos constructos teóricos. Sobre estas possibilidades, Suddaby e Foster (2017, p. 20) afirmam que “existem diferenças importantes em como teorizamos a história”, e também elaboraram uma tipologia de quatro diferentes abordagens historiográficas comumente usadas. A história como fato é a visão objetivista e positivista da história em que o passado é entendido como linear, contínuo e restritivo da ação humana no presente. A história pensada como poder é fortemente influenciada pelos estudos marxistas e pelo materialismo histórico, apesar da visão objetivista da história ainda prevalecer. Já a história retórica e a história como produtora de sentido consideram a participação subjetiva da agência humana decisiva na forma como a história é narrada, sendo importantes a percepção da história como narrativa estratégica e a interpretação fenomenológica.

Embora Suddaby e Foster (2017, p. 19), estejam certos que as “tipologias oferecem excelentes revisões da literatura”, se assemelhando à posição de Maclean, Harvey e Clegg (2016, p. 609) quando argumentam ter elaborado sua tipologia “com base em pesquisas anteriores”, nenhum desses estudos se preocuparam em sistematizar a produção científica recente da área que possibilitasse ressaltar as proposições tipológicas em correspondência com os desenhos e resultados de pesquisas. Na nossa revisão sistemática da literatura da

produção científica na última década, encontramos 4 pesquisas de revisão de literatura e 1 análise bibliométrica realizadas que são insuficientes. Insuficientes porque apresentam um corpo estreito de artigos que foram analisados. As revisões feitas por Jain e Sullivan (2015), Schwarz (2015) e Steele et al. (2015) fizeram parte de uma edição especial de 20 anos do JMH, analisando apenas os artigos deste periódico. Igualmente estreita é a análise proposta por Rowlinson e Hassard (2013) que se preocuparam em rever apenas a produção de periódicos da área de gestão até o ano de 2010. Já na revisão bibliométrica, Ojala et al. (2017) apenas avaliam o periódico BH quanto ao fator de citações dos artigos. Essas revisões também não apresentaram uma agenda de pesquisa. Assim, buscamos superar essas limitações a partir de uma revisão sistemática da produção científica especializada nas áreas da história de negócios e gestão.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nosso principal objetivo neste artigo é analisar a produção científica especializada nas áreas da história de negócios e gestão entre os anos de 2011 a 2020 a partir da metodologia da Revisão Sistemática da Literatura (RSL). Esta metodologia permite o mapeamento recente da literatura científica produzida de determinada área do conhecimento mediante uma revisão crítica que represente posicionamentos teórico-metodológicos díspares (SYLVESTER; TATE; JOHNSTONE, 2013). Ao mesmo tempo, a RSL integra evidências de pesquisas individuais como um conjunto de conhecimento sistematizado (ELSBACH; VAN KNIPPENBERG, 2020) que possibilita concentrar esforços futuros dos pesquisadores em novas pesquisas originais para o progresso teórico da área do conhecimento analisada (WOLFSWINKEL; FURTMUELLER; WILDEROM, 2013; OKOLI, 2015). Dessa maneira e, mais especificamente, analisamos a produção científica a partir de quatro periódicos especializados. Os periódicos foram Business History (BH), Business History Review (BHR), Journal of Management History (JMH) e Management & Organizational History (MOH). As decisões que guiaram o protocolo metodológico da nossa RSL foram baseadas nas sugestões de Sylvester, Tate e Johnstone (2013), Wolfswinkel, Furtmueller e Wilderom (2013), Okoli (2015) e Elsbach e Van Knippenberg (2020).

Sendo assim, utilizamos as seguintes fases da RSL adaptadas da literatura:

- (1) A área de concentração de análise dos artigos foi aquela em que as disciplinas de gestão (management) e negócios (business) dialogaram diretamente com a disciplina da história. Como estávamos preocupados com a produção especializada nestas três áreas do conhecimento relacionadas, optamos pela estratégia de planejamento que delimitasse a busca pelos artigos nos períodos BH, BHR, JMH e MOH. A escolha desses periódicos é justificada por haver um consenso na literatura que reconhece estes periódicos como principais canais de divulgação da área (SCHWARZKOPF, 2013; ROWLINSON, 2013; GREENWOOD; BERNARDI, 2013; DE JONG; HIGGINS; VAN DRIEL, 2015; BATIZ-LAZO, 2019)
- (2) A escolha do período de tempo, que demarcamos entre 2011 e 2020 para a busca da produção científica especializada, foi definida com base na

recomendação da literatura de mapear as evidências científicas mais recentes (OKOLI, 2015; ELSBACH; VAN KNIPPENBERG, 2020). Além disso, a revisão da literatura mais abrangente que encontramos foi a proposta de Rowlinson e Hassard (2013), a qual considera os anos de 1991-2010. Embora a finalidade desta revisão seja divergente quando comparada a nossa, acreditamos que sua abrangência em escopo de artigos e tempo demarcam bem o início de uma nova RSL.

- (3) Ainda no planejamento do protocolo metodológico, organizamos uma planilha no software Microsoft Office Excel com categorias de análise iniciais de coleta de dados a partir das leituras dos artigos selecionados. As principais categorias analíticas foram: (I) dados gerais de organização (título do texto e autor-data); (II) objetivo(s) e tema(s) pesquisados; (III) epistemologia, teorias e escolhas metodológicas (quando cabível); (IV) principais resultados e contribuições da pesquisa; e (V) indicação de pesquisas futuras pelos autores dos artigos. A organização da coleta de dados foi disposta em separado para cada periódico analisado.
- (4) Os descritores utilizados para a busca e seleção dos artigos foram: “history”, “historiography”, “historical”, “historic” e “past”. Os artigos foram selecionados quando esses descritores apareciam explicitamente no título, resumo ou palavras-chave. A opção feita por esses descritores é justificada como estratégia de selecionar os artigos da área de gestão e negócios que resguardassem estrita relação com as abordagens historiográficas (GREENWOOD; BERNARDI, 2013). A leitura dos resumos dos artigos foi feita nesta fase enquanto refinamento da seleção dos artigos.
- (5) A busca pelos artigos foi realizada na própria página editorial na internet em que os periódicos estão hospedados. Os períodos BH e MOS estão hospedados no Taylor & Francis Group. O periódico JHM está hospedado no Emerald Publishing. Já o período BHR é hospedado no sistema Cambridge Core relacionado ao Cambridge University Press. Como os sistemas de busca variavam de periódico para periódico, optamos por realizar o levantamento dos artigos a partir da análise inicial de cada um por edição e volume nas páginas específicas na *internet* de cada periódico. Essa decisão foi tomada após alguns testes que realizamos nos sistemas de buscas que apresentaram

dificuldades de padronização entre os sistemas de hospedagens dos periódicos.

- (6) A seleção dos artigos ocorreu entre os dias 18/03/2020 a 14/07/2020. Dentre o período de 2011-2020, foram considerados 10 volumes e 77 edições no BH, 10 volumes e 37 edições no BHR, 10 volumes e 38 edições no JMH, e 10 volumes e 36 edições no MOH. Cabe ressaltar que até a data da seleção estipulada, o periódico MOH ainda não possuía nenhuma edição de 2020 fechada. Assim, selecionamos os artigos publicados em 2020 da seção intitulada "Latest articles". No total, 242 artigos revisados por pares foram selecionados inicialmente. Após a triagem analítica dos artigos, não incluímos na revisão: notas, resenhas de livros, introdução de edição especial ou mensagens de resposta, retratações e correções. Ao final dessa triagem, o total de 231 artigos foram selecionados para as análises. Destes artigos: 74 foram do BH, 34 foram do BHR, 58 foram do JHM e 65 foram do MOH.
- (7) Os artigos selecionados foram organizados por revista, volumes e edições na ordem colocada pelos periódicos para que a nossa leitura em profundidade dos artigos respeitasse a temporalidade de produção e publicação. Essa organização permitiu realizar as leituras da produção científica de maneira linear e padronizada. Como forma de garantir a confiabilidade, os primeiros 10 artigos selecionados foram lidos e os dados foram extraídos pelas categorias indicadas na planilha da análise inicial. Em sequência, os dados extraídos das leituras passaram por nossa checagem que permitisse correspondência e afinidade nas fases de reprodução da RSL. Esse procedimento permitiu que ajustássemos o protocolo tanto na fase de busca e seleção de artigos, quando na fase de coleta de dados.

A análise dos artigos selecionados seguiu as orientações em três etapas de Wolfswinkel, Furtmueller e Wilderom (2013) em um processo de codificação analítica: (1) a codificação aberta; (2) a codificação axial; e (3) a codificação seletiva. Todas as etapas do processo analítico da codificação foram orientadas pelas perguntas centrais de pesquisa. No processo inicial de codificação aberta, buscamos associar os artigos em linhas abrangentes de pesquisa a partir dos temas gerais abordados, teorias utilizadas e/ou metodologias empregadas. Consequentemente, os principais resultados, contribuições e limitações apresentadas pelos artigos

também foram levados em consideração nesse primeiro momento de análise. A base para análise da codificação aberta foram as planilhas criadas no software Microsoft Office Excel que possuíam as categorias de análise inicial que estipulamos anteriormente à coleta de dados. Ao todo, foram 4 planilhas organizadas por periódicos específicos. A organização e análise das planilhas seguiram a ordem alfabética dos nomes dos periódicos, começando pelo periódico BH e, em sequência, analisamos os periódicos BRH, JMH e MOH. Os artigos organizados por periódicos seguiram a ordem de análise por ano e edição aos quais foram publicados.

Desse processo analítico aberto ou livre, a capacidade interpretativa e subjetiva dos pesquisadores refletem a associação realizada entre conceitos, teorias e métodos que resultaram em linhas de pesquisas mais amplas (SYLVESTER; TATE; JOHNSTONE, 2013; WOLFSWINKEL; FURTMUELLER; WILDEROM, 2013). A síntese associativa dos artigos em linhas de pesquisas apresentou 11 categorias iniciais indexadas por subcategorias temáticas em que os artigos foram agrupados. Por exemplo, a linha de pesquisa categorizada como “Economia, Capitalismo e Globalização” indexou artigos em subcategorias como “empreendedorismo”, “globalização” e/ou “Estado e reformas”. Assim como a categoria “Gestão, Trabalho e Ideologias Gerenciais” indexou artigos em subcategorias como “decisões organizacionais”, “estilos de liderança” e/ou “processos de organização do trabalho”.

Cabe ressaltarmos que, eventualmente, um determinado artigo poderia ser indexado em mais de uma categoria ou subcategoria no processo de codificação da análise. Nesses casos, optamos por analisar como o artigo contribuía de maneira significativa para as categorias de que fazia parte. Após essa fase inicial de análise, as 11 categorias resultantes passaram para o processo de codificação axial em que associamos categorias de análises que se relacionavam a partir de temas e afinidades teórico-metodológicas. Por exemplo, a categoria “Disciplinas, autores e livros didáticos” com suas subcategorias de “discurso acadêmico”, “educação gerencial” e “disciplinas empresarias” foram indexadas à categoria mais ampla de “Gestão, Trabalho e Ideologias Gerenciais”.

Esse processo de síntese dos resultados de pesquisa com a codificação axial possibilitou delinear quais os focos de análises que os autores estavam preocupados em fornecer em suas pesquisas, ao mesmo tempo em que foi possível delinear de maneira mais clara os principais problemas e objetivos que os autores

buscaram responder em suas investigações. Em todo o processo de codificação, realizamos constantes análises comparativas entre categorias e subcategorias das linhas de pesquisas até chegar à saturação teórica dos conceitos-chaves, similaridades metodológicas e contribuições científicas resultantes das pesquisas indexadas em cada linha ampla de investigação científica, como recomendado por Wolfswinkel et al. (2013).

Ao final do processo de codificação axial foi possível chegar ao resultado de 6 linhas de pesquisas consensuais com problemas de pesquisas, contribuições e limitações claras. A última etapa do processo de análise foi a codificação seletiva que aconteceu, simultaneamente, ao processo de escrita da seção intitulada “resultados e discussão” desta pesquisa. Neste momento, a principal tarefa foi buscar no corpo amplo de 231 artigos analisados aqueles que melhor representavam as categorias de análises centrais em cada linha de pesquisa proposta. Além disso, cada categoria e subcategoria de análise passou por refinamentos analíticos e conceituais que resultaram na melhor clareza da discussão oportunizada nas 6 linhas de pesquisas geral. Por fim, construímos uma agenda de pesquisa a partir das fragilidades metodológicas, críticas recorrentes e sugestões de novas investigações apresentadas pelos autores em seus artigos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e discussão estão organizados em 6 linhas de pesquisa amplas, às quais indexamos sublinhas de investigação e temáticas similares, descrevendo os principais focos de análise escolhidos pelos autores. Os problemas de pesquisa trabalhados e suas contribuições essenciais para a área de pesquisa. Além disso, mostraremos também as limitações comuns apontadas pelos autores em suas pesquisas e, em sequência, apresentaremos uma agenda de pesquisa ampla para áreas da história, gestão e negócios. Na tabela 1, ao final desta seção, há uma síntese dos tópicos centrais da discussão aqui oportunizada.

4.1 Sobre capitalismo, empreendedorismo e redes de governança

As teorias econômicas do capital, valor e a história do capitalismo foram utilizados em artigo teórico por Levy (2017), que se preocupou em propor outro conceito para o que entendemos como capitalismo. O autor utiliza pensadores clássicos como Adam Smith, Karl Marx, John Mill e John Maynard Keynes para sustentar a tese do capitalismo como processo econômico central da vida moderna, o qual chamou de “capitalização”. As questões “o que é capitalismo e capital?” são respondidas enfaticamente quando o autor argumenta que o capital é um típico processo pecuniário de avaliação de investimentos que pode se tornar fator material de produção. Caferro (2020) dá um passo mais atrás na história da Europa cristã pré-moderna, mais especificamente em Florença na Itália, para argumentar que o processo de produção capitalista, ou “capitalização”, nos termos de Levy (2017), é resultado da relação intrínseca entre a religião e a economia. Em seu ensaio teórico, Caferro (2020, p. 57) argumenta de maneira incisiva que “espero que tenha ficado claro até agora que Deus foi tecido no sistema econômico e de maneira que o discurso atual não tenha explicado isso”. A racionalização das finanças bancárias papais foi essencial para manter o lucro nas atividades comerciais e mercantis do que poderia ser mais tarde o lócus da modernidade capitalista.

Alguns outros autores parecem seguir essa mesma linha de raciocínio que entende o capitalismo como processo e analisa sua importância para as diferentes maneiras de compreender a modernidade, inclusive apontando a relevância das parcerias dos comerciantes locais e das empresas familiares (SEIFRIED;

NOVICEVIC, 2017; TRIVELLATO, 2020). O que aparenta ser forte em toda essa discussão sobre capitalismo e modernidade é que os autores não tiveram tanta atenção à solicitação feita por Austin, Dávila e Jones (2017) de estender as análises da história econômica para outros mercados além dos existentes na Europa Ocidental. Mas, certamente, a discussão sobre modernidade é um constructo amplo usado de base para entender os processos de desenvolvimento sociocultural, político-econômico e tecnológico - que ajuda na compreensão das organizações tradicionais ou avançadas (SEIFRIED; NOVICEVIC, 2017). Isso também se mostrou importante para a literatura que estuda o comércio pré-industrial quando indicou que as corporações, empresas familiares, o papel econômico das mulheres e o financiamento de empresas privadas podem ser foco histórico de comparação comercial dentro e fora da Europa (GELDERBLUM; TRIVELLATO, 2018). Nesse sentido, a revisão de literatura feita por Casson e Lee (2011) sobre desenvolvimento de mercado, mostrou que a ampliação das trocas comerciais ocorreu em centros de transportes e consumos favoráveis à diminuição dos custos ao longo da história econômica.

Neste ponto, parece que a história de negócios e as redes de comunicação globais impulsionaram o debate sobre mobilidade, transporte e consciência ecológica (DIVALL, 2012), mas ainda não está claro como a mobilidade e o transporte de mercadorias foram e são importantes para o contexto de hipermodernidade e o avanço do comércio. Exemplos dessa carência são ensaios teóricos de Ekberg e Lange (2014) e Fusaro (2020), solicitando que os historiadores de negócios precisam analisar os processos macroeconômicos e as variedades do capitalismo, e que o setor das empresas marítimas é um bom contexto para esta tarefa começar a ser feita. A pesquisa de Goodchild (2017) seguiu uma linha de explicação teórica-causal sobre o avanço industrial de exportação de queijos na cidade de Ontário no Canadá. A grande contribuição da pesquisa foi trazer a abordagem ambiental para compreender, através dos arquivos, como as redes de negócios globais alimentares podem ser criadas e mantidas, além de mostrar a vulnerabilidade de sustentação das redes, apesar das capacidades culturais, de transporte e de comunicação.

A análise ambiental que explora o contexto das redes de comércio foi também utilizada por Lubinski (2015) ao analisar o negócio de corantes alemão na Índia antes de 1947, como um exemplo da expansão comercial entre Alemanha e Índia. O

método usado pelo autor foi baseado em análise cronológica e abordagem indutiva da história, e as fontes históricas como correspondência comercial, governamental e privada, contabilidade arquivos e relatórios anuais, mostraram que as redes globais de comércio com o rótulo “Made in Germany” fortaleceram a indústria indiana.

As redes globais de comércio seguramente influenciam o crescimento econômico e o empreendedorismo, e a Itália é um lócus recorrente para essa discussão (AMATORI, 2011; COLLI; GARCÍA-CANAL; GUILLÉN, 2013; COLLI; RINALDI; VASTA, 2016; PICCIAIA, 2017), com leve aparição da Índia e de Honduras (NAYAK; MACLEAN, 2013; ROSCOE; CRUZ; HOWORTH, 2013). Teorias discursivas e institucionais foram usadas para entender a coevolução do empreendedorismo como caráter performático e transacional a partir da história de vida de empreendedores (NAYAK; MACLEAN, 2013), ao mesmo tempo que a relação entre ação-interação-processo institucional possibilita aos empreendedores superar a resistência à mudança (SMOTHERS et al., 2014).

Pela abordagem econômica, Toninelli e Vasta (2014) mostraram que empreendedores inovadores e internacionalizados são fundamentais para o desenvolvimento econômico e capitalista. Isso é particularmente mostrado no contexto capitalista italiano. Mas foram Colli e Larsson (2013) que exploraram melhor essa relação entre empreendedorismo e internacionalização. Os autores fizeram isso utilizando entrevistas e documentos para argumentar que as empresas familiares permitem uma estrutura de governança baseada na confiança afetiva e liberdade na escolha do modelo de negócio que é internacionalizado. Neste ponto, Müller (2014) explica numa relação de causa-efeito, que a estrutura de governança corporativa e comportamento gerencial influenciam a maximização dos lucros nas empresas.

De maneira geral, as corporações industriais e a estrutura de governabilidade são realmente o foco de análise empírica da história empresarial e econômica como já havia comentado Both e Rowlinson (2006) e, mais tarde, colocado como estratégia de pesquisa por Rowlinson, Hassard e Decker (2014). No entanto, o que está mais claro agora é que enquanto os historiadores de negócios seguiram as teorias econômicas de capital, geração de valor, capitalização e estrutura de governança no mercado para orientar suas pesquisas nos arquivos; em contraste, os teóricos organizacionais optaram pelas teorias institucional, discursivas e ator-rede para compreender nos arquivos o desenvolvimento do empreendedorismo e

dos modelos de gestão. Com isso, foi possível perceber que a análise de fatores macroeconômicos como parcerias comerciais, redes de negócios e o ambiente institucional foram preponderantes para entender o aprimoramento econômico no lado ocidental do mundo. Entretanto, o contexto empírico limitado à Europa e EUA, como afirmou Picciaia (2017), foi problematizado em pesquisas como a de Casson e Lee (2011, p. 12) que “omitiu os mercados da Ásia, África e o Oriente Médio” de sua análise.

4.2 Sobre estratégias, investimentos e internacionalização

A questão de Zan (2015, p. 3) “o que há de novo no campo ou na noção de estratégia em si?” é um bom caminho para começar a entender o comportamento dos negócios internacionais e os esforços empreendidos para manter a sua longevidade no mercado. Mesmo talvez sem conhecer a dúvida levantada por Zan (2015), podemos afirmar que a ponderação de Amankwah-Amoah, Ottosson e Sjögren (2016, p. 22), de que “vale ressaltar que não existe um caminho único de renovação estratégica”, certamente, reflete as evidências empíricas díspares e complementares levantadas nesta linha de pesquisa.

Talvez não seja difícil lembrar as queixas de Clark e Rowlinson (2004), quando estimularam uma “virada histórica” nos estudos de gestão e negócios. Os autores expuseram as fortes inclinações dessa área de pesquisa para discutir o paradigma chandleriano, a visão baseada em recursos e a teoria da dependência do caminho a partir de pesquisas com estudos de caso. Mas, embora a crítica tenha sido feita, é decididamente válido argumentarmos que alguns pesquisadores não fizeram questão de considerá-la. Trabalhos como os Pitelis (2011) e Lockett e Wild (2014), lembraram da importância dos trabalhos de Edith Penrose para a compreensão da gestão estratégica de crescimento das empresas multinacionais, investimento estrangeiro direto, globalização e desenvolvimento através da história. E Verbeke e Kano (2015) solicitaram mais estudo de casos que complementassem as análises estatísticas da área.

A teoria da internacionalização, a estrutura-desempenho-estratégia e o Investimento Estrangeiro Direto (IED) foram usadas de base epistemológica para entender o comportamento das empresas multinacionais. Buckley, Cross e Horn (2012) analisaram como as empresas multinacionais japonesas investiram

diretamente na Índia e concluíram, a partir de dados quantitativos de 518 empresas indianas, que os regimes políticos e regulatórios foram importantes impulsionadores do mercado livre. Já Schaufelbuehl (2016) se propôs a examinar os negócios dos EUA e Europa sob o debate em torno do IED norte-americano nas comunidades empresariais europeias ocidentais. A autora examinou o período de surgimento do mercado comum europeu e o Plano Marshall mediante os arquivos, como do Conselho Nacional de Comércio Exterior e da Câmara Americana de Comércio. A conclusão da pesquisa confirmou a existência de uma comunidade empresarial transatlântica organizada para discutir o papel das empresas multinacionais dos EUA presentes na Europa, naquilo que a autora chamou de “processo de americanização”.

Se, por um lado, as capacidades organizacionais, patrimônios e propriedade aquisitivas das empresas parecem ser importantes para a internacionalização (KENELEY, 2013; RYGGVIK, 2015), por outro, os IED através das subsidiárias internacionais, mostraram desenvolver alianças estratégicas entre empresas multinacionais e locais na geração de emprego (KOHAR; MCMURRAY; PESZYNSKI, 2017). No entanto, é preciso não apenas atrair IED, mas também não permitir que ocorra o desinvestimento (SILVA; MOREIRA, 2019). Em todo caso, as estratégias de internacionalização das empresas estão relacionadas com sua estrutura e desempenho, e o paradigma chandleriano parece ainda ajudar a entender essas estratégias. As pesquisas empíricas mostraram que: (1) no contexto britânico, foi percebido que a maior parte das empresas não havia tendência de adotar estruturas multidivisionais, mas a estrutura organizacional pareceu seguir a estratégia no que diz respeito à diversificação do mercado (HIGGINS; TOMS, 2011); e (2) ao revisitar as teses de Chandler, Aupperle, Acar e Mukherjee (2014) afirmaram que nas empresas originais de Chandler a relação entre estratégia e estrutura não pode ser mostrada empiricamente para melhorar o desempenho, e completaram argumentando que novas estratégias nem sempre são resultados de novas estruturas.

Parece que novos estudos empíricos precisam ser realizados e a discussão sobre estratégia e estrutura está longe de se dissipar. De maneira geral, o paradigma chandleriano de estrutura-estratégia-desempenho (SIVRAMKRISHNA, 2014), dependência do caminho (SCHREYÖGG; SYDOW; HOLTSMANN, 2011), e internacionalização e ciclo de vidas das empresas (PANZA; VILLE; MERRETT,

2018) ainda são pautas de pesquisa importantes. Mas o que podemos compreender até agora é que de fato as análises sobre a estrutura multidivisional e gestão estratégica são preponderantes na área das pesquisas em gestão e negócios, e buscar alternativas em outras estruturas organizacionais de empresas ainda parece ser importante, como alegado por Austin, Dávila e Jones (2017). O predomínio por métodos estatísticos, teste de hipóteses e estudos de caso nas pesquisas seria aquilo que Maclean, Harvey e Clegg (2016) chamaram de “história como avaliação”, ou Suddaby e Foster (2017) nomeiam de “história como fato”, em que o passado é visto como laboratório pronto para testes de hipóteses do tipo “T”. Por outro lado, seguramente De Jong, Higgins e Van Driel (2015) argumentariam que esses estudos seguem uma “abordagem científica” na história de negócios ao buscarem por generalizações. O que diverge nessa discussão é que os métodos qualitativos prevalecem nas pesquisas sobre IED, embora a análise de dados predominante seja aquela já criticada por Clark e Rowlinson (2004), e apontada por Rowlinson, Hassard e Decker (2014), que segue a cronologia dos fatos como se a história fosse linear.

4.3 Sobre sistemas regulatórios e direito comercial

Alguns pesquisadores pareceram concordar com o forte argumento de Musacchio e Turner (2013) de que a história de negócios tem sugerido a não importância das leis e sistemas regulatórios, valorizando questões sobre agitação política, inflação e desordem econômica como mais deterministas para o desenvolvimento do mercado do que as leis e regulamentos. Tal concordância refletiu numa linha de pesquisa diversificada, e não será difícil percebermos que o direito comercial, a regulação do mercado e as teses legislativas são hoje temáticas importantes.

Esse aumento de valorização da relação entre direito e negócios, particularmente inspirou Dahlén e Larsson (2014) quando propuseram que a análise jurídica é um método que amplia o escopo de ferramentas para os pesquisadores de gestão e negócios. Os autores se baseiam na teoria socio-legal e a teoria institucional para afirmarem que a aproximação entre a história de negócios e história jurídica proporciona compreender profundamente a relação intrínseca entre a prosperidade comercial e as leis de correção. Autores como Dahlén (2012), Higgins (2012) e Lamoreaux, Sokoloff e Sutthiphisal (2013) abriram uma discussão

ampla de direitos autorais, registro de marcas e legislação sobre patentes - nos contextos da indústria têxtil e metalúrgica nos EUA e Suécia - para expor como as marcas e patentes marcam o início de um comércio e transmitem valores e identidade social.

Outro grupo de pesquisadores estiveram preocupados em compreender como as mudanças legislativas impactavam em estratégias comerciais e na responsabilidade social das organizações. A pesquisa de Taylor (2013), em jornais e na legislação do século XIX da Inglaterra, chegou a mostrar que o crescimento da imprensa econômica e as notícias sobre o comércio da época colocaram na discussão social a importância da reputação das empresas. Assim, o papel regulador da imprensa passou a ser limitado por leis de difamação e as empresas começaram a se preocupar com a imagem social que carregavam. Boon (2019) traz a discussão mais recente sobre indústria do petróleo e descarbonização para exemplificar como esse setor econômico responde às pressões regulatórias governamentais. O autor usa uma abordagem qualitativa e quantitativa de dados históricos, e afirma que políticas legislativas nacionais diferentes fizeram com que algumas empresas petrolíferas adotassem estratégias proativas de descarbonização – mas a constante demanda energética tem mitigado ações mais significativas. Já Duquette (2019) analisou as mudanças no sistema tributário dos EUA e constatou as estratégias empresariais na economia dos tributos mediante a política de doações e caridades.

Essas pesquisas têm evidenciado a importância da interdisciplinaridade na área de história de negócios e gestão junto ao âmbito jurídico. Interdisciplinaridade esta já pedida por Hansen (2012) e Greenwood e Bernardi (2013), embora não nos termos proposto por esses autores. O que estamos argumentando é que mesmo quando Rowlinson, Hassard e Decker (2014), Maclean, Harvey e Clegg (2016) e Suddaby e Foster (2017) desenvolveram suas estratégias e tipologias de pesquisa, elas pareciam englobar de maneira limitada os estudos dessa linha particular de investigação. Por exemplo, mesmo que Rowlinson, Hassard e Decker (2014) falassem sobre “história corporativa” como análise centrada na organização empresarial, e Suddaby e Foster (2017) falassem de “história retórica” como manipulação estratégica do passado pelas organizações, é limitado dizer que a complexidade das análises sociais mais amplas entre o governo e os estímulos de mercado são observadas apenas sob o foco analítico único de corporação em uma

perspectiva explicativa da teoria a partir dos arquivos (MACLEAN; HARVEY; CLEGG, 2016). Ou seja, os autores das pesquisas que compõem esta linha desenvolvem suas análises a partir de técnicas metodológicas variadas para entender como o poder extroverso dos Estados-Nações sofreu influências políticas que impactaram na (des)regulação dos mercados e na prosperidade econômica de maneira geral. Ao mesmo tempo, as análises jurídicas macrossociais ajudaram a perceber as nuances econômicas e as respostas dos agentes do mercado.

Quando Burton (2018) investigou a relação entre a agenda política do governo Thatcher e a (des)regulamentação do mercado nas décadas de 1980 e 1990 no Reino Unido, o autor utilizou os arquivos e a história oral para compreender o fenômeno tanto no contexto governamental, como no contexto de diferentes empresas. Os resultados mostraram que a agenda de desregulação causou impacto no mercado de financeirização ao ponto de definir como os produtos eram projetados e na modularização de *design* evolutivo desses produtos no contexto macroeconômico inglês.

Também analisando a agenda política e o comportamento do mercado na era progressista dos EUA, entre o final do século XIX e o início do século XX, Novak (2019) constatou que economia social americana - mediante aspectos históricos e institucionais - foi resultado de uma preocupação direta com o problema do controle regulamentar. Isso aconteceu particularmente por mecanismos de controle disponíveis sobre os negócios, indústrias e mercado daquela época a partir da “lei, política, estado e novas tecnologias de legislação e regulamento administrativo” (NOVAK, 2019, p. 687). Parece, portanto, que os sistemas regulatórios jurídicos e o mercado são estudados sob análises macroeconômicas e políticas, interação de setores público-privado e concessões legislativas (BARJOT, 2011).

4.4 Sobre historiografia, métodos e fontes históricas

A solicitação feita por Both e Rowlinson (2006), para deixar área de gestão e negócios “mais histórica”, dificilmente poderia ser atendida sem passar por uma discussão franca sobre historiografia, método e fontes arquivísticas, juntamente com o relato intrigante do historiador de negócios Hansen (2012), quando argumenta que os métodos usados pelos pesquisadores não são neutros e refletem suas escolhas teóricas prévias. Ora, não será difícil argumentarmos aqui que uma linha de

pesquisa estivesse fortemente engajada no debate amplo sobre abordagens metodológicas, e que contribuições significativas surgiram na operacionalização da pesquisa intercambiada entre história, gestão e negócios. O que talvez justificaria o argumento recente dos teóricos organizacionais Wadhvani et al. (2018) de que possibilidades metodológicas mais vastas para compreender o passado são bem-vindas nas pesquisas da área. Assim, Kobrak e Schneider (2011) fizeram questão de ressaltar a dificuldade dos historiadores de negócios de acessar os arquivos corporativos e lembrou das histórias encomendadas por empresas alemãs a historiadores na Alemanha recente. Semelhantemente, Giertz-Mårtenson (2012) usou o mesmo tom de ressalva para lembrar do projeto de preservação dos documentos corporativos de uma multinacional da indústria de moda em Estocolmo, na Suécia, como forma de coletar, preservar e salvar dados históricos.

Em todo caso, é certo que a posição teórica de Muldoon (2019) fez o tom crítico de sua ressalva ser bem mais forte do que o tom das ressalvas feitas pelos seus colegas. O autor formulou duras críticas ao livro intitulado “A New History of Management”, derivado do movimento da “virada histórica” proposto por Clark e Rowlinson (2004), por ser “anti-história” e não fornecer evidências históricas suficientes para o argumento “novo” versus o “velho” no ofício do historiador. Facilmente, Batiz-Lazo (2019) apoiaria o tom forte da crítica de Muldoon (2019). Além disso, podemos sugerir que as percepções metodológicas contrárias entre De Jong, Higgins e Van Driel (2015), quando solicitou abordagens quantitativas de teste de hipóteses, e Decker, Kipping e Wadhvani (2015), quando solicitou de maneira oposta uma variedade de métodos de pesquisa, são reflexos de posições epistemológicas díspares que têm estimulado todos esses argumentos em ressalvas sobre os métodos a escolher para operacionalizar a pesquisa histórica sobre gestão e negócios. As edições especiais recentes da BHR e da JHM sobre métodos e arquivos históricos (e.g. GEOFFREY; FRIEDMAN, 2017; VAN LENT; DUREPOS, 2019), decididamente contribuíram para tornar esta linha de pesquisa mais instigante e variada em torno desse debate.

Apesar de perspectivas teóricas diferentes, Butzbach (2018) e Maclean, Harvey e Clegg (2017) foram entusiastas da relação precípua entre a teoria organizacional e a história de negócios para o melhor desenvolvimento teórico, maturações epistemológicas e aprimoramento das questões sobre métodos e historiografia. Se, por um lado, podemos encontrar pesquisas preocupadas com

métodos quantitativos para demonstrar relação de causalidade, regressões e correlações de dados históricos como apresentado na discussão feita por Morck e Yeung (2011), e demonstrada nos resultados de pesquisa de Ronsse e Rayp (2016), por outro lado, vamos observar que métodos qualitativos de entrevistas em história oral, elucidação de imagens e vídeos também estão presentes (ŚLIWA, 2013; BISWAS; JERRARD, 2018). Por exemplo, Ronsse e Rayp (2016) examinaram o crescimento quantitativo do número de anúncios de lojistas locais da cidade Ghent na Bélgica, no século XVIII, a partir da análise de causalidade de Granger mediante regressões estatísticas. Já Olejniczak, Pikos e Goto (2019) utilizam uma abordagem qualitativa longitudinal, à moda preceituada por Lawrence (1984), com estudo de caso em uma empresa centenária polonesa para mostrar os aspectos de continuidade da gestão.

Entre métodos qualitativos e quantitativos, Bowie (2019) demonstrou a possibilidade que os jornais e o material com informações produzidas pela imprensa em geral podem se apresentar como variedade de fontes arquivísticas. E essas variedades de fontes de informações históricas são, nas colocações de Schwarzkopf (2013), importantes para compreender que os arquivos apresentam limitações e não são neutros, além de refletirem na subjetividade e no ofício dos historiadores. Tais colocações de Schwarzkopf (2013) foram aprofundadas em debates metodológicos sobre o tratamento que os pesquisadores precisam ter com os arquivos. Sendo assim, os arquivos enquanto fonte de informações e dados históricos são: (1) avaliados como importantes para a prática da pesquisa historiográfica e as coleções arquivísticas das corporações são valorativas para área de gestão e negócios (HULL; SCOTT, 2020); (2) possibilitam discutir questões históricas marginais, por vezes silenciadas ou negligenciadas pelos pesquisadores (DECKER, 2013); e, portanto, (3) seja a partir da abordagem ator-rede (PFEFFERMAN, 2016), ou mediante análises foucaultianas (MCKINLAY, 2013), os arquivos são espaços de reflexões metodológicas em que o pesquisador precisa enxergar e descrever as informações do passado.

Não podemos dizer que o envolvimento da área da gestão e negócios com a história tenha apresentado uma preponderância por métodos estatísticos e abordagens realistas da história sobre o passado, embora muitas pesquisas assim fossem quando escolheram aplicar testes estatísticos de probabilidade com regressões e correlações seriais dos fenômenos organizacionais que se repetiam ao

longo do tempo. A esta tendência, Rowlinson, Hassard e Decker (2014) denominaram estratégia da “história em série”, e Maclean, Harvey e Clegg (2016) nomearam “história como avaliação”. No entanto, podemos concluir que enquanto os artigos publicados no BH e BHR mostraram preferir métodos quantitativos e estudos de casos preocupados em explicar os problemas da correlação e causalidade entre os dados e fatos históricos (e.g. MORCK; YEUNG, 2011; KHAN; 2015), por sua vez, os artigos publicados no JHM e MOH preferiram seguir métodos qualitativos como entrevistas na construção da história oral e análise crítica do discurso (e.g. SLIWA; TAYLOR, 2011; WILLIAMS; MILLS, 2018). Em todos esses casos, esta linha de pesquisa deixou mais evidente que as decisões metodológicas estão alinhadas às escolhas teóricas anteriormente feitas pelos pesquisadores. E, se a afirmação categórica realizada por Hansen (2012) de que sempre há escolhas teóricas a serem feitas pelos pesquisadores é verdadeira, então podemos afirmar com segurança que os pesquisadores em gestão e negócios estão fazendo tais escolhas de maneira não homogênea na operacionalização da pesquisa historiográfica.

4.5 Sobre abordagem crítica, narrativas históricas e memórias

Desde que Clarck e Rowlinson (2004) inauguraram o debate sobre historiografia e a teoria da história nos estudos em gestão a partir dos trabalhos de Zald (1993; 1996), Hansen (2012) também provocou mais tarde esse mesmo debate com veemência na área da história de negócios quando solicitou por maior interdisciplinaridade nas pesquisas da área. O que esses autores tinham em comum nos seus debates teóricos foi a solicitação atenta aos pesquisadores para reintroduzirem a discussão do *status* das narrativas histórias e o acesso às memórias individuais e coletivas na compreensão dos problemas nas organizações, negócios e sociedade.

Nesta linha de pesquisa, portanto, o reflexo de todo esse debate poderá ser percebido, e diferentes teorias foram acionadas para olhar o passado e seus significados mediante percepções críticas da história. O argumento de Decker (2016, p. 8) que “se a história importa para a teoria da organização, [então] não faz sentido tentar encontrar fundamentos ontológicos ou epistemológicos unificados”, parece ser bem exemplificativo para os artigos revisados desta linha de pesquisa mais crítica, que questiona os problemas de representar o passado de maneira onto-

epistemológica. A autora ainda ressalta que qualquer possibilidade de interação entre pesquisa histórica e estudos sobre gestão e negócios passará por processos controversos de “fazer história” mediante orientação teórica, narrativa ou baseada em memórias.

Em perspectiva similar à de Decker (2016), Weatherbee (2012) destaca as diferenças ontológicas e epistemológicas de compreender o passado nas pesquisas da área e pondera que o passado é sempre acessível de maneira irrecuperável totalmente pelos pesquisadores, e que o significado de produção da história é, sobretudo, uma interpretação feita do passado. As indagações revisionistas de Srinivas (2012, p. 240 e 242) sobre “como o passado é estudado na disciplina de estudos gerenciais e organizacionais?” e “o passado das organizações, [negócios] e a teoria organizacional foram lidas na contramão?” são resultados desse alinhamento de abordagem crítica da história que pretende relativizar a história contada no *mainstream* da área.

Neste intuito de abordar a história na perspectiva crítica sobre o passado, portanto, variadas correntes teóricas foram acionadas para, enfim, introduzirem a discussão do *status* das narrativas históricas nas organizações, gestão e negócios a partir de valores políticos dispares e dissonantes. Enquanto Durepos, Mills e Weatherbee (2012) teorizaram o passado seguindo as orientações de Max Weber, foram através do resgate do dualismo cartesiano em René Descartes em alinhamento com as proposições filosóficas de Michel Foucault que Butler e Dunne (2012) repensaram os limites da história. A opção decolonial também aparece com proposições teóricas de autores latino-americanos (WANDERLEY; FARIA, 2012; PALUDI; MILLS; MILLS, 2019).

Dessas novas opções de compreender o passado, a história de negócios é também escrita a partir da criação de narrativas como sugere Popp e Fellman (2016). Para os autores, questionar como e o que se escreve pelos historiadores de negócios é a primeira tarefa de engajamento em criar e contar a história por meio de narrativas contextualizadas. Afinal, importa saber não só como o passado é analisado nas fontes arquivísticas, mas também o conhecimento histórico que é narrado a partir dele. Assim, a forma utilitária de escrever a história pode servir de base para criar a identidade organizacional. Foi isso que argumentaram Zundel, Holt e Popp (2016) quando relacionaram a história e a identidade organizacional, com a

percepção de que as narrativas históricas estabelecem e mantêm vantagens competitivas para as organizações.

Ao que parece, os elementos da identidade organizacional que contam o passado através de uma história e como essa história é usada para criar autenticidade e legitimidade é o que Foster et al. (2017) denominaram de história retórica. Ou seja, o uso estratégico das narrativas históricas, a ideia de passado compartilhado e o uso da história pelos gerentes na construção da identidade organizacional são pressupostos de análises críticas do passado e as histórias que são formuladas nas organizações. Em todas essas pesquisas, a premissa principal é que o passado é utilizado para contar estrategicamente a história de gestão e negócios, e perceber essas estratégias vai além de um exercício hermenêutico de interpretação.

Pesquisas empíricas intensificaram esses argumentos e as evidências mostraram que as narrativas históricas forneceram a base para concatenar estratégias de identidades compartilhadas. Kroeze e Keulen (2013) foram categóricos no argumento quando relacionaram a tradição e os costumes com as narrativas que são inventadas. Os autores utilizam uma matriz epistemológica crítica e hermenêutica para compreender os conceitos de tradições, símbolos, narrativas, memórias e invenções da história para analisar o uso de tradições e narrativas inventadas em multinacionais como AkzoNobel, Philips e Shell. O método utilizado é a história oral coletada num projeto sobre a liderança na vida empresarial holandesa no período de 1970-2010. Os principais resultados demonstraram que as tradições, símbolos e história na AkzoNobel foram recursos importantes para comunicar mudanças organizacionais. Já na Philips e Shell, as tradições inventadas demonstraram a identidade e memória corporativa compartilhadas. McGaughey (2013) acrescenta à discussão da história retórica evidências empíricas num estudo de caso qualitativo na associação corporativa norte-americana National Fire Protection Association (NFPA), através da teoria institucional e as lógicas subjacentes. A autora demonstrou que os símbolos e tradições foram utilizados na lógica institucional do trabalho a partir de dispositivos retóricos e interpretativos sobre o passado.

Neste mesmo corpo de evidências empíricas, podemos ressaltar também que novas identidades coletivas são construídas em aspectos simbólicos e culturais das narrativas remanescentes do passado institucional das organizações (LAMERTZ et

al., 2016). Ao mesmo tempo que, em níveis mais amplos de análises, evidências empíricas demonstraram que a combinação analítica entre memórias, narrativas e histórias são simultaneamente interligados na criação de identidade coletiva cultural enquanto gestão, negócio e sociedade específica (MORDHORST, 2014). Todas essas evidências empíricas que rebuscaram a teoria são importantes para entender aquilo que Suddaby e Foster (2017) classificou como “história retórica”, na qual o passado é usado de maneira estratégica para resgatar memórias específicas e “esquecer” outras narrativas dissonantes nas tradições inventadas. Além disso, essa linha de pesquisa também reflete as colocações ponderadas de Wadhvani et. al. (2018) quando argumentam que os usos que se faz do passado pode criar identidades coletivas, mudanças estratégicas e dependência de poder dentro das organizações. De maneira mais específica, esta revisão da literatura contribui para compreender afundo que as narrativas e memórias sobre o passado são lócus de poder que provocam desigualdades acentuadas, como as de gênero, por exemplo.

Se a relação entre memória social e organizacional está entrelaçada ao ponto que as narrativas históricas utilizadas pelas organizações são ajustadas às questões culturais da sociedade em que se encontra inserida (SMITH; SIMEONE, 2017), então perguntar como a história é escrita e quais os impactos da construção das narrativas históricas quando criam desigualdades de gênero, por exemplo, é um exemplo de questões que tentaram ser respondidas recentemente (HARTT; MILLS; MILLS, 2012). Algumas pesquisas evidenciaram as disparidades de poder dentro do âmbito da gestão e negócios quanto às dessemelhanças de gênero na história. Ou seja, (1) em uma área do conhecimento em que a eficiência, eficácia e finalidade lucrativa são preocupações excessivas na gestão dos negócios, aparentemente o discurso de “neutralidade gerencial” esconde práticas de normalidade que negligenciam as desigualdades de poder e de gênero (WILLIAMS; MILLS, 2017); e (2) não raramente, o retrato da masculinidade na cultura de gestão e organização é consequência do silenciamento do trabalho das mulheres nos arquivos e materiais históricos nas narrativas em negócios (DEAL; MILLS; MILLS, 2018).

Desse modo, esta linha de pesquisa demonstrou a relevância da história oral e as técnicas de entrevistas como possibilidades metodológicas de captar as narrativas, metáforas e subjetividades do passado na elaboração da identidade e memórias coletivas pelos historiadores e teóricos da gestão e negócios (e.g. MACLEAN; HARVEY; STRINGFELLOW, 2017). Ao mesmo tempo que a abordagem

historiográfica crítica da *ANT-history* juntou a perspectiva teórica da sociologia do conhecimento e o alinhamento metodológico da teoria ator-rede para mostrar narrativas históricas que foram negligenciadas nos arquivos (COLLER; MILLS; MILLS, 2015). Sendo assim, a maneira como o passado é acessado e as narrativas contadas a partir dele mostraram a capacidade que a história tem ser articulada como dispositivo retórico, seja na criação de tradições e símbolos organizacionais, seja na possibilidade de fortalecimento e continuidade da identidade coletiva, ou ainda na forma como as memórias corporativas e sociais podem conectar o passado, presente e futuro (KROEZE; KEULEN, 2013).

4.6 Sobre gestão, trabalho e ideologias gerenciais

Nesta linha de pesquisa, o conjunto de investigações realizadas aparentaram ser entusiastas da divisão temática proposta por Booth e Rowlinson (2006), que tinha a pretensão de promover maior reflexão das abordagens historiográficas - especialmente nos estudos de gestão e organizações. A partir do engajamento estimulado pelos autores na tentativa de apoiar um campo distinto de pesquisas denominado de “história organizacional”, podemos afirmar que tal engajamento surtiu efeitos significativos. Mas, talvez, o que Booth e Rowlinson (2006) não poderiam prever há mais de uma década era o argumento conclusivo da pesquisa realizada por Nylehn (2011), que a história dos estudos de gestão, ou estudos históricos em organizações, como preferem chamar Maclean, Harvey e Clegg (2016), não é tão unitária e consensual como normalmente é assumida. Isso porque a evolução da gestão como campo científico demonstrou ter fortes traços de interdisciplinaridade, e a fragmentação e especialização da área têm raízes profundas na constituição histórica do conhecimento, tanto acadêmico quanto profissional no âmbito da gestão e administração (VAN BAALEN; KARSTEN, 2012). Embora Greenwood e Bernardi (2013) ressaltaram que os teóricos organizacionais não precisariam virar historiadores para se engajar com os estudos históricos, não será difícil percebermos nesta linha de pesquisa que os teóricos organizacionais foram desprezados e demonstraram preocupação em revisitar a história do seu campo de estudo.

Exemplo claro dessa incursão na história pelos teóricos organizacionais é a pesquisa realizada por Tongo (2012). O autor utiliza pressupostos filosóficos da

natureza humana baseada na lógica da economia do conhecimento para destacar as características que os gerentes contemporâneos devem adotar na coordenação do trabalho organizacional. A conclusão principal da pesquisa é que o *homo complexus* está sendo substituído cronologicamente pela natureza humana que busca de maneira constante o conhecimento e o aprimoramento do capital intelectual nas organizações. Já Magnusson (2014) fez seu percurso histórico através da relação entre a história empresarial e a história do trabalho. O autor também faz uso de uma percepção cronológica da história das três revoluções industriais para argumentar que a formação das empresas, a expansão do mercado e as mudanças estratégicas na gerência dos negócios são fenômenos entrelaçados com a organização lógica do trabalho. Croucher e Wood (2015) também analisam o tripartismo na relação entre Estado, empresas e trabalhadores a partir da perspectiva comparada da história para evidenciar as mudanças nas relações de organização do trabalho. Em todos esses exemplos, portanto, será fácil perceber aquilo que Schwarz (2015, p. 499) apontou na sua revisão de literatura como a preocupação dos pesquisadores em entender a “evolução e impactos históricos dos principais conceitos” da área gestão, mas certamente essa colocação é extensível aos historiadores de negócios.

Neste ponto de análise, foram até sugeridas como conclusões principais das revisões sistemáticas feitas por Jain e Sullivan (2015) e Schwarz (2015) no JHM, que os teóricos pioneiros e formuladores de subdisciplinas na área de gestão costumam ser os temas de pesquisa mais recorrentes, ao mesmo tempo que são os artigos com índices de citações mais elevadas. Embora os autores dessas revisões não tiveram a preocupação de aprofundar as suas análises em termos teórico-metodológicos, argumentamos que tais sugestões realizadas pelos colegas possuem certo nível de consistência. Isso porque os pesquisadores organizacionais se engajaram em visitar as bases da teoria organizacional em personagens como McGregor, Frederick Taylor e até os Estudos de Hawthorne, por exemplo. Head (2011) foi quem revisou a teoria de comportamento e liderança organizacional do McGregor para lembrar as lições ensinadas sobre o estudado sistemático, ambiente específico e a diversidade dos funcionários como pontos positivos para a organização. E Muldoon (2012) foi quem revisitou os estudos de Hawthorne entre o período de 1930 a 1958 para argumentar que as contribuições das pesquisas

lideradas por Elton Mayo sofreram duras críticas quanto ao método, mas que trouxe importantes avanços na literatura de relações humanas na organização do trabalho.

Mas entre os teóricos mais revisitados, Frederick Taylor e os princípios da administração científica deram os tons centrais nas discussões (DENT; BOZEMAN, 2014; TIKHOMIROV, 2017). Grachev e Rakitsky (2013), por exemplo, acessaram arquivos e revistaram as biografias de Taylor para posicionar a administração científica e seus princípios aos cenários socioeconômicos e políticos mais amplos da Rússia no início do século XX. Os autores conduziram a pesquisa de arquivo e literatura agregada para concluir que a história do taylorismo e seus princípios foram aditivos industriais que impulsionaram o crescimento econômico na Rússia, e a visão sistemática da produção, máquinas e pessoas resultou em mudanças significativas na forma de gestão. As pesquisas em arquivos históricos pelos teóricos organizacionais também trouxeram contribuições para as teorias de tomada de decisão na perspectiva estrutural (ALEXANDER, 2015; ANDERSEN; PORS, 2017), teorias da liderança (LANGHOF; GÜLDENBERG, 2020) e a gestão de recursos humanos nas organizações em perspectiva histórica (WILLIAMSON; RASMUSSEN, 2020).

Dentro do espaço desta linha de pesquisa, podemos afirmar que o dualismo da temporalidade, colocado por Rowlinson, Hassard e Decker (2014), seja bem ilustrativo para entender como os autores em suas pesquisas recorreram a cronologia dos fatos estudados nos arquivos, para realizarem as suas análises por períodos de tempo histórico, embora os arquivos históricos recorrentemente tenham passado por interrogações críticas em análises do discurso e abordagens interpretativas com a análise hermenêutica. No sentido dessas críticas, as queixas dos historiadores pontuadas por Greenwood e Bernardi (2013), de que o passado não deveria servir como instrumento para compreender o presente, mas sim o passado é compreendido nele e por ele mesmo, aparenta ainda ter fundamento.

Não foi difícil perceber as justificativas reiteradas nas pesquisas que constantemente ressaltavam a relevância prática e moderna dos resultados apurados. Ou seja, a necessidade de evidenciar as contribuições práticas das pesquisas históricas são sempre obrigatórias para a área de gestão. Com esta linha de pesquisa também podemos perceber a preocupação levantada por Hansen (2012) de operacionalizar a pesquisa histórica que compreendam as mudanças conceituais da área de estudo a partir de novas evidências empíricas. Além disso,

argumentamos que a afirmação ousada de Booth e Rowlinson (2006), de que os profissionais e acadêmicos da área de gestão não sabem muito sobre a história de negócios, ou a história organizacional, decididamente não mostra ter mais nenhum sentido hoje.

Tabela 1. Síntese da revisão sistemática por linhas de pesquisa

Linhas de Pesquisa	Foco Teórico-Analítico	Problemas Centrais	Contribuições	Limitações/Críticas comuns
Sobre Capitalismo, Empreendedorismo e Redes de Governança	<ul style="list-style-type: none"> - Redes comerciais; - Negócio familiar; - Arranjos institucionais; - Campo empreendedor; - História do capitalismo; - Redes de governança. 	<ul style="list-style-type: none"> - Processo de desenvolvimento do capitalismo ocidental; - Parcerias comerciais que ampliam o mercado; - Ambiente institucional que favorece o empreendedorismo e a expansão comercial. 	<ul style="list-style-type: none"> - Formas de gestão e negócios que estruturam a governança; - Mercado e comércio em foco comparativo entre países; - Estruturas institucionais que influenciaram a integração do mercado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Análise central no contexto ocidental da Europa e EUA. - Predomínio de fatores macro em oposição ao contexto micro; - Faltam estudos comparativos que apresentam distinções de mercados por regiões.
Sobre Investimentos e Internacionalização	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégias empresariais; - Ciclo de vida dos negócios empresariais; - Paradigma chandleriano; - Empresas Multinacionais; - Comércio Transacional; - Investimento estrangeiro direto; - Teoria da internacionalização dos negócios. 	<ul style="list-style-type: none"> - Novas estratégias empresariais no comércio mundial; - Comunidades empresariais e a relação dos (des)investimentos no mercado; - Internacionalização dos negócios e mutualidade empresarial; - Novas estratégias empresariais são resultadas de estruturas organizacionais alteradas? 	<ul style="list-style-type: none"> - Fatores que promovem investimento e desinvestimento das empresas multinacionais em mercados regionais; - Capacidades organizacionais e propriedade que impulsionam a internacionalização dos negócios; - Ciclo de vidas das Empresas relacionado ao controle das informações assimétricas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Análises focadas de maneira excessiva em empresas "M"; - Opção pelo estudo de caso como estratégia de pesquisa; - Análises estatísticas e teste de hipóteses "T" como prioridade; - Discrepâncias de evidências na relação causal entre estrutura e estratégia.
Sobre Regulatórios e Sistemas e Direito	<ul style="list-style-type: none"> - Sistemas jurídicos; - Regulação financeira; - Autoria de marcas e patentes; - Organizações e responsabilidades socio- 	<ul style="list-style-type: none"> - As pressões regulatórias governamentais sobre o mercado. - Sistema legislativo de tributos e estratégias de mercado; 	<ul style="list-style-type: none"> - Análises interdisciplinar entre história, mercado e arcabouço legislativo; - Mudanças legislativas e oportunidade de crescimento comercial; 	<ul style="list-style-type: none"> - Faltam análises históricas comparativas entre sistemas legislativos de diferentes países; - Ausência de análises dos efeitos da regulamentação

Comercial	<p>legais.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Agenda política e impacto mercadológico. - Regulação e adaptação empresarial. 	<ul style="list-style-type: none"> - (Des)regulamento e mudanças no comportamento das empresas; - Captura regulatória e fusões empresariais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Regulação e estratégias de mercado como vantagens competitivas; - Convergência entre regulação governamental e ações empresariais. 	<p>no desenvolvimento do mercado de varejo;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pouca atenção sobre a fusão de empresas e a influência político-legal.
Sobre historiografia, método e fontes históricas	<ul style="list-style-type: none"> - Preservação dos arquivos corporativos; - Historiografia e o ofício do historiador; - Variedades de métodos; - Possibilidades em métodos quantitativos e qualitativos; - História documentada e questões marginalizadas; - Estudos históricos polifônicos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Arquivos entre neutralidade e realismo histórico; - História encomendada e implicações metodológicas; - O silêncio provocado pelos arquivos oficiais e a história de grupos marginalizados; - Como ampliar a análise sobre o passado em diferentes versões da história; - Relação causal entre acontecimentos históricos; - Quais histórias estão sendo apresentadas na área de gestão e negócios? 	<ul style="list-style-type: none"> - Discussão sobre a importância de preservar os arquivos e as fontes históricas; - Ampliação do conceito de arquivos para além de fontes textuais e oficiais; - Variadas abordagens interpretativas ou estatísticas; - Transparência na construção do argumento com base fontes históricas; - Tratamento dos dados e informações históricas pelos pesquisadores; 	<ul style="list-style-type: none"> - Pouco intercambio entre métodos qualitativos e quantitativos. - Dificuldade de acesso a dados e informações históricas; - Fraco engajamento interdisciplinar entre abordagens historiográficas; - Dificuldade de distinguir valores socioculturais em determinado tempo histórico; - Tendência ao anacronismo e percepção limitada sobre o passado.
Sobre abordagem crítica, narrativas históricas e memórias	<ul style="list-style-type: none"> - Relatos históricos e memórias nas organizações; - Estratégias empresárias utilitárias do passado; - Arranjos institucionais e formas simbólicas de representação do passado; - Narrativas e identidade organizacional; - Gestão, negócios, trabalho e divisão de gênero; - O papel da história e das tradições nas organizações. 	<ul style="list-style-type: none"> - Uso estratégico das memórias, narrativas e história na gestão dos negócios; - Características centrais de criação de identidade coletiva no valor dos negócios; - Narrativas empresariais na presença e ausência das mulheres nas organizações; - Narrativas históricas e tradições inventadas como 	<ul style="list-style-type: none"> - Benefícios da visão cultural e narrativa como abordagem historiográfica; - Incremento das entrevistas como método da história oral; - Crítica a visão utilitarista do passado e a manipulação consciente das narrativas históricas; - Resgate do debate da diferença entre gêneros e histórias negligenciadas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Excessiva relativização do passado e da história; - Limitações da abordagem da história oral; - Crítica a cientificidade na elaboração do argumento e evidências empíricas; - Amplo escopo de inferências analítica nas pesquisas; - Limites paradigmáticos não tão claros,

		base para relações desiguais de poder;	- Ativos da memória, história e narrativas específicas;
Sobre Gestão, Trabalho e Ideologias Gerenciais	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão e Administração como disciplina; - Educação gerencial; - Resgate de pensadores clássicos; - Organização e gestão do trabalho; - Processos de autoridade e controle nas organizações. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mudanças históricas na constituição da área de gestão; - Diferenças e semelhanças na gestão em organizações no tempo e espaço; - Melhores práticas e técnicas de gestão ao longo do tempo; - Problemas organizacionais e coordenação do trabalho; - Teoria da organização dos processos produtivos e modernização da gestão; - Natureza humana e comportamento gerencial. 	<ul style="list-style-type: none"> - Resgate de premissas e conceitos-chave da área de gestão e administração; - Historicidade nas pesquisas no contexto da gestão de negócios; - Ampliação da área da gestão com outras disciplinas acadêmica; - Aplicação e limites de ideologias gerências em contextos socioeconômicos dispares; - História organizacional, valorização e produção do conhecimento.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

5 AGENDA DE PESQUISA

A evolução histórica do capitalismo retratada na literatura ainda deixa questionamentos sobre a natureza do mercado, das relações comerciais e dos ambientes institucionais que favoreçam a prosperidade econômica em setores variados da economia e em contextos governamentais diferentes entre países. Assim, compreender a variedade do capitalismo mundialmente está em pauta, e por consequência novas pesquisas comparativas são necessárias para identificar semelhanças e diferenças no desenvolvimento econômico entre as nações.

Para Casson e Lee (2011), precisam ser explorados em pesquisas futuras: (1) a taxa de desenvolvimento de mercado, (2) o impacto dos arranjos institucionais, e (3) a concorrência entre os centros de negócios. Como as estruturas institucionais influenciam o mercado moderno e como os agentes sociais, políticos e econômicos atuam neste mercado, ainda são questões sem respostas. Além disso, a pergunta feita por Amatori (2011) sobre o que há de novo no empreendedorismo, por exemplo, precisa ser mais bem estudada. Ou ainda, como as empresas mantêm sua governabilidade entre forças condutoras de mercado e coalizações de interesses comerciais necessita de investigações mais aprofundadas. Descrever as práticas de governança e perceber suas diferenças históricas são importantes para compreender como as organizações corporativas são administradas e como maximizam seus lucros acionários. Os domínios institucionais, discursivos e culturais que influenciam a coevolução do campo empresarial são pontos analíticos a serem aprofundados.

Já a questão levantada por Panza, Ville e Merrett (2018, p. 1) de “por que algumas empresas duram mais que outras?” ainda precisa de respostas empíricas que podem ser captadas a partir das estratégias de investimentos realizadas pelas empresas multinacionais no mercado de negócios globalizado. Do mesmo modo, a longo prazo, a diversificação de estruturas organizacionais e o processo de internacionalização das empresas necessitam ser mais bem pesquisadas. Ainda assim, a proposta de Boon (2017) sobre a metodologia da história transacional na área de gestão e negócios instiga pesquisas futuras. Ou seja, como as empresas vão além das suas fronteiras geográficas e se instalam em novos mercados necessita ser analisado, assim como a estrutura organizacional influencia o desempenho financeiro e acionário pode dizer muito sobre os investimentos e

desinvestimentos diretos que as empresas injetam na economia global. Assim, (1) a importância das comunidades transacionais nas relações econômicas e políticas internacionais (SCHAUFELBUEHL, 2016); e (2) a natureza socioeconômica que influencia os (des)investimentos financeiros (SILVA; MOREIRA, 2019), podem ser pontos de análises de pesquisas futuras.

Dessa maneira, a relação de causalidade questionada por Higgins e Toms (2011, p. 109) – “as melhorias de desempenho [das empresas] foram consequências de mudanças na estrutura, ou as mudanças na estrutura responderam às mudanças no desempenho?” – ainda não está clara. Para os autores, a visão baseada em recurso pode ajudar a explicar essa relação entre estrutura-estratégia-desempenho mediante o paradigma chandleriano, e a ação gerencial e as consequências no desempenho podem mostrar como a configuração organizacional se altera ao longo do tempo através de novas pesquisas historiográficas.

Aupperle, Acar e Mukherjee (2014) endossam o pedido de Higgins e Toms (2011), e dificilmente desagradaria De Jong, Higgins e Van Driel (2015), quando solicitam mais pesquisas quantitativas baseadas em técnicas estatísticas de regressão, variáveis mediadoras e testes de hipóteses “T” no contexto de pesquisa de Alfred Chandler. Além disso, os autores ainda frisam que voltar as notas arquivistas de Alfred Chandler é também um caminho para novos insights sobre fatores complementares que afetam o desempenho da empresa, e que melhor demonstre a relação causalista entre estrutura e estratégia.

Sobre o direito comercial e sistemas regulatórios de mercado, algumas perguntas de pesquisas ainda precisam ser exploradas. A promissora relação entre a história de negócios e gestão com a história jurídica parece que se tornou uma linha de investigação com diferentes perspectivas teóricas e métodos instigantes como relatou Dahlén e Larsson (2014). Se por um lado, ainda é preciso saber mais sobre o desenvolvimento dos investimentos, valores e propriedade de mercado a partir das mudanças legislativas nas economias de direito civil da Europa, Ásia e América Latina, como argumentaram Musacchio e Turner (2013), por outro lado, Burton (2019) sugere de maneira otimista que novas pesquisas históricas em fontes secundárias de arquivos podem ajudar a compreender a relação entre (des)regulação econômica e a projeção do mercado industrial e o desenvolvimento de novos produtos. Isso particularmente pode ser potencializado quando buscamos

entender a (des)regulação a partir de variedade de mercados, produtos e serviços em diferentes regiões econômicas do mundo.

A pesquisa de Barjot (2011) mostrou que o sistema jurídico francês impulsionou o capitalismo de rede na estrutura financeira do país através das concessões legislativas, ao mesmo tempo que Brean, Kryzanowski e Roberts (2011) também mostraram como a regulação financeira resultou em ações diferentes do sistema bancário do Canadá e EUA diante das crises. Se reconhecermos as reclamações de Austin, Dávila e Jones (2017), que as economias emergentes precisam de mais atenção nas pesquisas de negócios e gestão, e as sugestões anteriores de Musacchio e Turner (2013), de investigar as mudanças legislativas na Ásia e América Latina, então possivelmente compreender a estrutura jurídica de países localizados nessas regiões e analisar o desempenho do mercado a partir do uso da legislação em variados setores econômicos, tem se mostrado um caminho próspero para novas pesquisas. Os estudos de casos múltiplos através da história comparada pode ser uma possibilidade metodológica factível para realizar essa tarefa. Cabe ainda discutir sobre os incentivos legais dos governos locais que regulam as estratégias de mercado das empresas através do sistema tributário que ora objetiva inibir os impactos ambientais da produção industrial, ora fazem com que as empresas promovam ações sociais benéficas para as comunidades em que se encontram.

As maneiras como analisarmos as nossas questões de pesquisa, e criamos novas questões a serem respondidas em pesquisas futuras, são reflexos dos pressupostos teóricos e implicações metodológicas que optamos. A bem da verdade, pensar a historiografia é refletir sobre métodos empregados na operacionalização da pesquisa histórica e sobre informações encontradas nos arquivos que foram preservados. Dessa maneira, as questões em torno de “para quem” e “sobre o que” escrevemos nas pesquisas histórica em gestão e negócios?”, colocadas por Śliwa (2013), seguramente podem ser utilizadas como perguntas iniciais em qualquer projeto de pesquisa. Embora como pesquisadores, estejamos à mercê da imprevisibilidade de acesso às informações históricas na pesquisa empírica, a maneira como escolhemos nossas fontes históricas e interrogamos as informações disponíveis são importantes atitudes para desnaturalizar o silêncio que os arquivos produzem, como sugeriu Decker (2013). Essa atitude metodológica

coloca em primeiro plano dúvidas sobre a data, localização, contexto, integridade e credibilidade das fontes arquivísticas.

Neste contexto de dúvida metodológica, métodos quantitativos podem ser adotados para analisar e correlacionar fatos e dados históricos com o objetivo de auferir causalidade em séries históricas. Dúvidas metódicas sobre “o que causa o quê?”, propostas por Morck e Yeung (2011), são preponderantes para discutir sistema econômico, crescimento populacional, sobrevivência de empresas, ou ponderar decisões de mercado, lucratividade, desempenho financeiro e indicadores econômicos. Por outro lado, dialogar com os arquivos e perceber a marginalidade das narrativas históricas existentes poderá acarretar novas questões e respostas de pesquisa sobre gestão e negócios na perspectiva da pobreza, gênero, etnia e identidades grupais (KAUL; SANDHU; ALAM, 2019). De modo semelhante, questões locais específicas sobre gestão e negócios, tratamento dos arquivos oficiais, histórias negligenciadas que se contrapõe a metanarrativas e à micro-história da gestão de negócios ordinários e pequenos empreendedores, são pautas para novas possibilidades de variar os métodos de coleta e análise das informações históricas. Afinal, como abordamos, o lócus de pesquisa e como confrontamos o material empírico derivado dele, aparentemente, revela muito sobre os resultados que sintetizamos nos nossos relatórios finais de pesquisa.

Autores como Brown e Thompson (2013) e Kroeze e Keulen (2013), por exemplo, ressaltaram a importância da relação entre a história e as narrativas como possibilidade de novas pesquisas na área que busquem compreender o comportamento histórico das organizações, a construção da identidade coletiva que nascem dos processos de gestão e coordenação do trabalho. Atrelado a isto, ainda precisamos compreender melhor as mudanças simbólicas e sociais que as organizações provocam na sociedade em que estão inseridas. Porque isso é particularmente importante no contexto em que a perspectiva utilitária do passado é utilizada como recurso técnico, simbólico e político através de narrativas históricas em projetos institucionais de estabilidade e sustentabilidade na gestão dos negócios e mercados. Assim, as dúvidas levantadas por Mordhorst (2014), sobre como as narrativas históricas são criadas e quais são suas principais características ainda precisam ser respondidas, uma vez que a maneira como o passado é capturado como dispositivo retórico aparenta ser fonte genuína para entendermos os limites

formais da organização e as práticas sociais mais amplas que envolvem tradições inventadas, memórias e disputas de narrativas.

Essas disputas narrativas também são reflexos das relações de poder, principalmente de gênero, que podem ser temas de pesquisas preocupadas com o impacto que a desigualdade de gênero no ambiente da concorrência empresarial podem causar na coordenação do trabalho organizacional, nas atividades comerciais e nas disparidades de reconhecimento na gerência dos negócios, como bem ressaltou Arnberg e Svanlund (2017). Assim, seguramente as indagações de Hartt, Mills & Mills (2012), sobre como a história comumente contada privilegia determinadas narrativas em detrimento de outras narrativas sobre o passado, bem como entender o porquê das negligências e silêncios históricos foram provocados, são ainda pertinentes de serem feitas. Afinal, se existe espaço para representações variadas do passado a partir de narrativas, memórias e histórias interpretadas de maneira concorrentes como sugerem Durepos, Mills e Weatherbee (2012), então parece que para a historiografia crítica na área da gestão e negócios, as questões epistemológica em volta do questionamento de como podemos conhecer o passado são válidas (DECKER, 2016). E por consequência, é preciso pensar quais são as implicações de uma agenda de pesquisa engajada com o problema onto-epistemológico de acessar e reconstruir este passado subjacente à crítica.

No contexto da gestão e ideologias gerenciais, Head (2011) sugeriu que revisitar os princípios fundadores de qualquer campo científico do conhecimento é uma tarefa contínua que precisa ser realizada, caso contrário, com o decorrer do tempo as premissas e conceitos essenciais podem ser perdidos. Isso pode ser particularmente importante para a área de gestão, na qual voltar às raízes históricas é um exercício não feito com tanta constância. Exemplos disso podem ser vistos nos pedidos recorrentes dos teóricos organizacionais solicitando novas pesquisas com essa perspectiva do passado. Cristofaro (2017) recomendou novas pesquisas sobre a racionalidade humana a partir da proposta de Herbert Simon, que compreendia os impactos da relação entre forças racionais limitadas e a irracionalidade no ambiente de trabalho organizacional. Já Muldoon (2012), quando revisitou os estudos de Hawthorne, deixou em aberto a importância de novas pesquisas interdisciplinares para entender a complexidade das interações humanas no contexto das pesquisas originárias de Elton Mayo, para ressaltar novos resultados no presente. E Grachev e Rakitsky (2013) também deixou dúvidas a serem respondidas, referentes à

administração científica e aos princípios do taylorismo. Ainda não está claro como o sistema de organização da produção e do trabalho humano a partir da lógica gerencial do taylorismo apresentou implicações em sistemas socioeconômicos e culturais distintos.

Sendo assim, argumentamos que as pesquisas nas áreas de gestão e negócios estão mais envolvidas com a abordagem historiográfica e a discussão filosófica da história. Em particular para os teóricos organizacionais, tal envolvimento resultou em contribuições significativas para o campo com novas evidências empíricas encontradas nos arquivos, e instigou os pesquisadores a abrirem novas perguntas que necessitam ser respondidas. Alexander (2015), por exemplo, instigou novas pesquisas que busquem entender a relação entre o processo de tomada de decisão gerencial e o controle das atividades nos departamento das organizações, ao passo que sugere investigar como e por que as abordagens de gestão se diferenciam entre as organizações ao longo do tempo, buscando trazer outras respostas empíricas. Somado a isto, como o processo de organização do trabalho, estratégias de negócios e gestão da produção se relacionam pode ser analisado ao longo do tempo. Ademais, questões controversas sobre quais as bases da gestão moderna e como as premissas filosóficas e culturais implicaram no conceito aplicado de gestão ainda estão abertas a respostas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo de pesquisa central deste artigo foi realizar uma revisão sistemática da produção científica especializada nas áreas da história de negócios e gestão a partir dos periódicos BH, BHR, JOH e MOH, entre os anos de 2011 a 2020. Nossa intenção foi responder as carências apresentadas pelo corpo de literatura da área sobre a necessidade de uma síntese recente do campo de pesquisa em gestão e negócios, que paulatinamente se envolveu com teoria da história e abordagens historiográficas variadas. Assim, a preocupação de revisar a produção científica ocorreu com intuito de demonstrar, especialmente, as posições epistemológicas e teóricas optadas pelos pesquisadores quando objetivaram responder seus problemas de pesquisa, ao mesmo tempo que buscamos demonstrar como tais posições teóricas influenciaram na maneira como a pesquisa historiográfica foi colocada em prática. As respostas a essas inquietações vieram com a síntese de resultados que evidenciou 6 linhas amplas e centrais de pesquisa. Para cada linha de pesquisa, identificamos os principais focos de análises, problemas empíricos, contribuições, limitações e críticas comuns enquanto campo de pesquisa que se mostrou ser interdisciplinar.

Na introdução deste trabalho, perguntamos quais eram as posições epistemológicas e as teorias utilizadas pelos autores em suas pesquisas. Em resposta, sugerimos que, em termos de epistemologias e arcabouço teórico, quando os pesquisadores estavam preocupados em compreender a relação entre causa e efeito dos fenômenos econômicos e o comportamento das empresas nos mercados multinacionais, foram as teorias econômicas de capital, teoria da governança, paradigma chandleriano, dependência do caminho, visão baseada em recursos e estratégias de (des)investimentos que mostraram ser as escolhas teóricas privilegiadas. Se a preocupação dos pesquisadores residia em compreender a complexidade das análises sociais mais amplas entre sociedade, governo e mercado, então as teses jurídicas, teoria socio-legal, teoria institucional, teoria da regulação e correção, fusões e cooptação empresarial foram as vertentes de pensamento priorizadas. Já quando os pesquisadores entendiam o passado como lugar de disputas de poder e espaços de silenciamento, podemos dizer que as teorias narrativas, abordagem cultural, teoria crítica do discurso, *ANT-history* e teoria ator-rede demonstraram ser as escolhas recorrentemente realizadas.

Fizemos também uma segunda pergunta com a pretensão de entender como essas escolhas epistemológicas e teóricas dos autores delimitaram suas decisões metodológicas. Em linhas gerais, as posições epistemológicas e relações teóricas que buscavam compreender sobre causalidade econômica, estratégias-desempenho empresarial, negócios e rentabilidade financeira, argumentamos que as decisões metodológicas privilegiaram explorar a relação entre passado e fatos históricos a partir de dados estatísticos e tabulações em séries históricas, mediante análises de correlação, testes de hipóteses e regressões matemáticas. Se os pesquisadores estavam utilizando a teoria institucional, a perspectiva de ciclo de vida das empresas e governança empresarial por exemplo, então foram os estudos de caso nos arquivos e documentos corporativos ao longo do tempo que foram as escolhas metodológicas qualitativas optadas. Além disso, quando os pesquisadores utilizaram as teorias narrativas e discursivas a partir do método da história oral para responderem seus problemas de pesquisas, recorrentemente, as entrevistas em profundidades e as análises do discurso e hermenêutica crítica foram as escolhas metodológicas feitas.

Em termos de contexto empírico, os resultados sintetizados mostraram que as incursões em empresas multinacionais, mercados globalizados e sistemas governamentais na Europa Ocidental e América do Norte, principalmente em países como Canadá, Estados Unidos, Inglaterra, França e Itália, foram onde os problemas de pesquisas recorrentemente buscaram ser respondidos. Em ocasiões raras, outras regiões do mundo entraram na produção do conhecimento. As exceções estavam em pesquisas realizadas em países como Nova Zelândia, Japão, Índia e Chile, por exemplo, o que nos mostra como essas ausências percebidas de conhecimento produzido em outra localidade do mundo ainda precisam ser superadas. Portanto, a partir desses resultados, acreditamos que a principal contribuição em sintetizar a produção especializada foi tornar o campo de pesquisas de gestão e negócios, que fazem uso de abordagem historiográficas, mais claro e delineado para que outras perspectivas teóricas, novas relações metodológicas e diversificados contextos empíricos de pesquisas possam emergir.

A premissa central deste artigo, de que a compreensão das decisões teóricas-metodológicas dos pesquisadores ajuda a entender as abordagens historiográficas escolhidas entre pressupostos, meios e contextos, foi bem aceita e respondida. Além disso, oferecemos uma agenda de pesquisa que sugere possíveis caminhos

para o avanço de investigações científicas futuras na área, ao mesmo tempo que promove o engajamento de novos insights com perspectivas alternativas em pesquisas que possibilitem ampliar nossa compreensão sobre gestão, negócios, Estados, organizações e mercados. Por fim, as possíveis limitações desta revisão sistemática da literatura podem estar na decisão metodológica de analisar apenas os artigos das revistas especializadas e espaço de tempo que privilegiou a produção recente do conhecimento. Assim, pesquisas futuras podem aprofundar o escopo de artigos analisados em bases de dados como Web of Science, Scopus e Google Scholar mediante um espaço de tempo mais amplo. Atrelado a isso, o mapeamento em pesquisas futuras sobre os perfis de autores, instituições e grupos de pesquisas aos quais se concentram a produção de conhecimento podem melhor demonstrar o comportamento institucional desse campo de pesquisa especializada da área de história, gestão e negócios.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, A. Decision-making authority in British supermarkets. **Business History**, v. 57, n. 4, p. 614-637, 2015. DOI: 10.1080 / 00076791.2015.1007864.

AMANKWAH-AMOAHA, J.; OTTOSSON, J.; SJÖGREN, H. United we stand, divided we fall: historical trajectory of strategic renewal activities at the Scandinavian Airlines System, 1946–2012. **Business History**, v. 59, n. 4, p. 572-606, 2017. DOI: 10.1080/00076791.2016.1250743.

AMATORI, F. Entrepreneurial Typologies in the History of Industrial Italy: Reconsiderations. **Business History Review**, v. 85, n. 1, p. 151-180, 2011. DOI: 10.1017/S0007680511000067.

ANDERSEN, A. N.; PORS, G. J. On the history of the form of administrative decisions: how decisions begin to desire uncertainty. **Management & Organizational History**, v. 12, n. 2, p. 119-141, 2017. DOI: 10.1080/17449359.2017.1324800.

ARNBERG, K.; SVANLUND, J. Mad women: gendered divisions in the Swedish advertising industry, 1930–2012. **Business History**, v. 59, n. 2, p. 268-291, 2017. DOI: 10.1080/00076791.2016.1182158.

AUPPERLE, E. K.; ACAR, W.; MUKHERJEE, D. (2014). Revisiting the fit–performance thesis half a century later: a historical financial analysis of Chandler's own matched and mismatched firms. **Business History**, v. 56, n. 3, p. 341-371, 2014. DOI: 10.1080/00076791.2013.790369.

AUSTIN, G.; DÁVILA, C.; JONES, G. The Alternative Business History: Business in Emerging Markets. **Business History Review**, v. 91, n. 3, p. 537-569, 2017. DOI: 10.1017/S0007680517001052.

BARJOT, D. Public utilities and private initiative: The French concession model in historical perspective. **Business History**, v. 53, p. 5, p. 782-800, 2011. DOI: 10.1080/00076791.2011.599590.

BARROS, A. 'Archives and the "Archive": Dialogue and an Agenda of Research in Organization Studies'. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 79, p. 609–623, 2016.

BARROS, A.; CARRIERI, A. P. O cotidiano e a história: construindo novos olhares na Administração. **Revista de Administração de Empresas**, v. 55, n. 2, p. 151-161, 2015.

BARROS, A.; CARNEIRO, A.; WANDERLEY, S. Organizational archives and historical narratives: Practicing reflexivity in (re)constructing the past from memories and silences. **Qualitative Research in Organizations and Management**, v. 14, n. 3, p. 280-294, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1108/QROM-01-2018-1604>

BATIZ-LAZO, B. What is new in "a new history of management"? **Journal of Management History**, v. 25, n. 1, p. 114-124, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1108/JMH-07-2018-0033>

BISWAS, M.; JERRARD, M. Photo elicitation in management history: Life course and identity work of former managers and workers of the state electricity commission of Victoria (SECV). **Journal of Management History**, v. 24, n. 4, p. 362-376, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1108/JMH-02-2018-0018>

BOON, M. Business Enterprise and Globalization: Towards a Transnational Business History. **Business History Review**, v. 91, n. 3, p. 511-535, 2017. DOI: 10.1017/S0007680517001015.

BOON, M. A Climate of Change? The Oil Industry and Decarbonization in Historical Perspective. **Business History Review**, v. 93, n. 1, p. 101-125, 2019. DOI: 10.1017/S0007680519000321.

BOOTH, C.; ROWLINSON, M. Management and organizational history: Prospects. **Management & Organizational History**, v. 1, n. 1, p. 5-30, 2006.

BOWIE, D. Contextual analysis and newspaper archives in management history research. **Journal of Management History**, v. 25, n. 4, p. 516-532, 2019.

BREAN, D. J. S.; KRYZANOWSKI, L.; ROBERTS, G. S. Canada and the United States: Different roots, different routes to financial sector regulation. **Business History**, v. 53, n. 2, p. 249-269, 2011. DOI: 10.1080/00076791.2011.555109.

BROWN, A. D.; THOMPSON, E. R. A narrative approach to strategy-as-practice, **Business History**, v. 55, n. 7, p. 1143-1167, 2013. DOI: 10.1080/00076791.2013.838031.

BUCKLEY, P. J.; CROSS, A. R.; HORN, S. A. Japanese foreign direct investment in India: An institutional theory approach. **Business History**, v. 54, n. 5, p. 657-688, 2012. DOI: 10.1080/00076791.2012.683417.

BURTON, N. The Thatcher government and (de)regulation: modularisation of individual personal pensions. **Journal of Management History**, v. 24, n. 2, p. 189-207, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1108/JMH-06-2017-0030>

BUTLER, N.; DUNNE, S. Duelling with dualisms: Descartes, Foucault and the history of organizational limits. **Management & Organizational History**, v. 7, n. 1, p. 31-44, 2012. DOI: 10.1177/1744935911427218.

BUTZBACH, O. From data problems to questions about sources: elements towards an institutional analysis of population-level organisational change. The case of British building societies, 1845–1980. **Business History**, v. 60, n. 5, p. 754-777, 2018. DOI: 10.1080/00076791.2016.1274304.

CAFERRO, W. Premodern European Capitalism, Christianity, and Florence. **Business History Review**, v. 94, n. 1, p. 39-72, 2020. DOI: 10.1017/S0007680520000045.

CARRAHER, S. Editorial: Denise Rousseau, 20 Years of the JMH, and goodbye. **Journal of Management History**, v. 21, n. 4, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1108/JMH-06-2015-0186>

CASSON, M.; LEE, J. The Origin and Development of Markets: A Business History Perspective. **Business History Review**, v. 85, n. 1, p. 9-37, 2011. DOI: 10.1017/S0007680511000018.

CLARK, P.; ROWLINSON, C. The Treatment of History in Organisation Studies: Towards an 'Historic Turn'? **Business History**, v. 46, n. 3, p. 331-352, 2004. DOI: 10.1080/0007679042000219175.

COLLER, E. K.; MILLS, J. H.; MILLS, A. J. The British Airways Heritage Collection: an ethnographic 'history'. **Business History**, v. 58, n. 4, p. 547-570, 2016. DOI: 10.1080/00076791.2015.1105218.

COLLI, A.; LARSSON, M. Family business and business history: An example of comparative research. **Business History**, v. 56, n. 1, p. 37-53. DOI: 10.1080/00076791.2013.818417.

COLLI, A.; GARCÍA-CANAL, E.; GUILLÉN, M. F. Family character and international entrepreneurship: A historical comparison of Italian and Spanish 'new multinationals'. **Business History**, v. 55, n. 1, p. 119-138, 2013. DOI: 10.1080/00076791.2012.687536

COLLI, A.; RINALDI, A.; VASTA, M. The only way to grow? Italian Business groups in historical perspective. **Business History**, v. 58, n. 1, p. 30-48, 2016. DOI: 10.1080/00076791.2015.1044518

CRISTOFARO, M. Herbert Simon's bounded rationality: Its historical evolution in management and cross-fertilizing contribution. **Journal of Management History**, v. 23, n. 2, p. 170-190, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1108/JMH-11-2016-0060>

CROUCHER, R.; WOOD, G. Tripartism in Comparative and Historical Perspective. **Business History**, v. 57, n. 3, p. 347-357, 2015. DOI: 10.1080/00076791.2014.983479.

DAHLÉN, M. Copy or copyright fashion? Swedish design protection law in historical and comparative perspective. **Business History**, v. 54, n. 1, p. 88-107, 2012. DOI: 10.1080/00076791.2011.617211.

DAHLÉN, M.; LARSSON, M. Business history and legal history. **Business History**, v. 56, n. 1, p. 54-70, 2014. DOI: 10.1080/00076791.2013.818416

DE JONG, A.; HIGGINS, M. D.; VAN DRIEL, H. Towards a new business history? **Business History**, v. 57, n. 1, p. 5-29, 2015. DOI: 10.1080/00076791.2014.977869

DEAL, N. M.; MILLS, A. J.; MILLS, J. H. Amodern and modern warfare in the making of a commercial airline. **Management & Organizational History**, v. 13, n. 4, p. 373-396, 2018. DOI: 10.1080/17449359.2018.1547647

DECKER, S. The silence of the archives: business history, post-colonialism and archival ethnography. **Management & Organizational History**, v. 8, n. 2, 155-173, 2013. DOI: 10.1080/17449359.2012.761491.

DECKER, S. Paradigms lost: integrating history and organization studies. **Management & Organizational History**, v. 11, n. 4, p. 364-379, 2016. DOI: 10.1080/17449359.2016.1263214.

DECKER, S.; KIPPING, M; WADHWANI, R. D. New business histories! Plurality in business history research methods. **Business History**, v. 57, n. 1, p. 30-40, 2015.

DENT, E. B.; BOZEMAN, P. Discovering the foundational philosophies, practices, and influences of modern management theory. **Journal of Management History**, v. 20, n. 2, p. 145-163, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1108/JMH-09-2012-0056>

DIVALL, C. Business History, Global Networks and the Future of Mobility. **Business History**, v. 54, n. 4, p. 542-555, 2012. DOI: 10.1080 / 00076791.2011.631126.

DUQUETTE, N. Founders' Fortunes and Philanthropy: A History of the U.S. Charitable-Contribution Deduction. **Business History Review**, v. 93, n. 3, p. 553-584, 2019. DOI: 10.1017/S0007680519000710.

DUREPOS, G.; MILLS, A. J.; WEATHERBEE, T. G. Theorizing the past: Realism, relativism, relationalism and the reassembly of Weber. **Management & Organizational History**, v. 7, n. 3, p. 267-281, 2012. DOI: 10.1177/1744935912444353

DUREPOS, G.; SHAFFNER, E. C.; TAYLOR, S. Developing critical organizational history: Context, practice and implications. **Organization**, v. 0, n. 0, p. 1-19, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/1350508419883381>

EKBERG, E.; LANGE, E. Business history and economic globalization, *Business History*, v. 56, n. 1, p. 101-115, 2014. DOI: 10.1080 / 00076791.2013.818418.

ELSBACH, K. D.; VAN KNIPPENBERG, D. Creating High-Impact Literature Reviews: An Argument for "Integrative Reviews". **Journal of Management Studies**, v. 57, p. 1277-1289, 2020. DOI: 10.1111/joms.12581.

FOSTER, W. M. et al. The strategic use of historical narratives: a theoretical framework, **Business History**, v. 59, n. 8, p. 1176-1200, 2017. DOI: 10.1080/00076791.2016.1224234.

FUSARO, M. The Burden of Risk: Early Modern Maritime Enterprise and Varieties of Capitalism. **Business History Review**, v. 94, n. 1, p. 179-200, 2020. DOI: 10.1017/S0007680519001557.

GELDERBLOM, O.; TRIVELLATO, F. The business history of the preindustrial world: Towards a comparative historical analysis. **Business History**, v. 61, n. 2, p. 225-259, 2019. DOI: 10.1080/00076791.2018.1426750.

GEOFFREY, J.; FRIEDMAN, W. Debating Methodology in Business History. **Business History Review**, v. 91, p. 443 – 455, 2017.

GIERTZ-MÅRTENSON, I. H&M – documenting the story of one of the world's largest fashion retailers. **Business History**, v. 54, n. 1, p. 108-115, 2012. DOI: 10.1080/00076791.2011.617203.

GODFREY, P. C. et al. What Is Organizational History? Toward a Creative Synthesis of History and Organization Studies. **Academy of Management Review**, v. 41, p. 590–608, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5465/amr.2016.0040>

GOODCHILD, H. The problem of milk in the nineteenth-century Ontario cheese industry: an envirotechnical approach to business history. **Business History**, v. 59, n. 7, p. 1081-1110, 2017. DOI: 10.1080/00076791.2016.1173031.

GRACHEV, M.; RAKITSKY, B. Historic horizons of Frederick Taylor's scientific management. **Journal of Management History**, v. 19, n. 4, p. 512-527, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1108/JMH-05-2012-0043>

GREENWOOD, A.; BERNARDI, A. Understanding the rift, the (still) uneasy bedfellows of History and Organization Studies. **Organization**, v. 21, n. 6, p. 907–932, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1177/1350508413514286>

HANSEN, P. Business History: A Cultural and Narrative Approach. **Business History Review**, v. 86, n. 4, p. 693-717, 2012. DOI: 10.1017/S0007680512001201.

HARTT, C. M.; MILLS, A. J.; MILLS, J. H. The role of non-corporeal Actant theory in historical research: A case study of Henry Wallace and the new deal. **Journal of Management History**, v. 25, n. 1, p. 60-76, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1108/JMH-01-2019-0004>

HARTT, C.; MILLS, J. H.; MILLS, A. J. Reading between the lines: gender, work and history: The case of the Nova Scotia Teachers' Union. **Journal of Management**

History, v. 18, n. 1, p. 82-95, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1108/17511341211188664>

HEAD, T. C. Douglas McGregor's legacy: lessons learned, lessons lost. **Journal of Management History**, v. 17, n. (2), p. 202-216, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1108/17511341111112604>

HIGGINS, D. "Forgotten Heroes and Forgotten Issues": Business and Trademark History during the Nineteenth Century. **Business History Review**, v. 86, n. 2, p. 261-285, 2012. doi:10.1017/S0007680512000402

HIGGINS, D. H.; TOMS, S. Explaining corporate success: The structure and performance of British firms, 1950–84. **Business History**, v. 53, n. 1, p. 85-118, 2011. DOI: 10.1080/00076791.2011.546668.

HULL, A.; SCOTT, P. The 'value' of business archives: assessing the academic importance of corporate archival collections. **Management & Organizational History**, v. 00, n. (0), p. 2-22, 2020. DOI: 10.1080/17449359.2020.1769676

JAIN, A.K.; SULLIVAN, S. Adjusting to the unexpected: A review of the Journal of Management History from 2000 to 2004. **Journal of Management History**, v. 21, n. 4, p. 421-438, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1108/JMH-07-2014-0130>

KAUL, S. C.; SANDHU, M. S.; ALAM, Q. Researching the history of marginalized issues in management research: A proposed interpretive framework. **Journal of Management History**, v. 25, n. 2, p. 237-256, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1108/JMH-06-2018-0030>

KENELEY, M. Does Organizational Heritage Matter in the Development of Offshore Markets? The Case of Australian Life Insurers. **Business History Review**, v. 87, n. 2, p. 255-277, 2013. DOI: 10.1017/S0007680513000421.

KHAN, B. Inventing Prizes: A Historical Perspective on Innovation Awards and Technology Policy. **Business History Review**, v. 89, n. 4, p. 631-660, 2015. DOI: 10.1017/S0007680515001014.

KIESER, A. Why Organization Theory Needs Historical Analyses-And How This Should Be Performed. **Organization Science**, v. 5, n. 4, p. 608-620, 1994.

KOBRAK, C.; SCHNEIDER, A. Varieties of business history: Subject and methods for the twenty-first century. **Business History**, v. 53, n. 3, p. 401-424, 2011. DOI: 10.1080/00076791.2011.565515.

KOHAR, U. H. A.; MCMURRAY, A. J.; PESZYNSKI, K. The influence of foreign investment on Malaysian Bumiputera technology firms: 1957-2016. **Journal of Management History**, v. 23, n. 3, p. 278-296, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1108/JMH-03-2017-0009>

KROEZE, R.; KEULEN, S. Leading a multinational is history in practice: The use of invented traditions and narratives at AkzoNobel, Shell, Philips and ABN AMRO. **Business History**, v. 55, n. 8, p. 1265-1287, 2013. DOI: 10.1080/00076791.2012.715284.

LAMERTZ, K. et al. New identities from remnants of the past: an examination of the history of beer brewing in Ontario and the recent emergence of craft breweries. **Business History**, v. 58, n. 5, p. 796-828, 2016. DOI: 10.1080/00076791.2015.1065819

LAMOREAUX, N.; SOKOLOFF, K.; SUTTHIPHISAL, D. Patent Alchemy: The Market for Technology in US History. **Business History Review**, p. 87, n. 1, p. 3-38, 2013. DOI: 10.1017/S0007680513000123.

LANGHOF, J. G.; GÜLDENBERG, S. King Frederick the Great – Anti-Machiavellian and Servant Leader? **Journal of Management History**, v. 26, n. 2, p. 137-164, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1108/JMH-05-2019-0034>

LAWRENCE, B. Historical Perspective: Using the Past to Study the Present. *The Academy of Management Review*, v. 9, n. 2, p. 307-312, 1984.

LEVY, J. Capital as Process and the History of Capitalism. *Business History Review*, v. 91, n. 3, p. 483-510, 2017. DOI: 10.1017/S0007680517001064.

LOCKETT, A.; WILD, A. Bringing history (back) into the resource-based view. *Business History*, v. 56, n. 3, p. 372-390, 2014. DOI: 10.1080/00076791.2013.790371.

LUBINSKI, C. Global Trade and Indian Politics: The German Dye Business in India before 1947. *Business History Review*, v. 89, n. 3, p. 503-530, 2015. DOI: 10.1017/S0007680515000707.

MACLEAN, M.; HARVEY, C.; CLEGG, S. Organization Theory in Business and Management History: Present Status and Future Prospects. *Business History Review*, v. 91, n. 3, p. 457-481, 2017. DOI: 10.1017/S0007680517001027.

MACLEAN, M.; HARVEY, C.; CLEGG, S. R. Conceptualizing Historical Organization Studies. *Academy of Management Review*, v. 41, n. 4, p. 609–632, 2016.

MACLEAN, M.; HARVEY, C.; STRINGFELLOW, L. Narrative, metaphor and the subjective understanding of historic identity transition. *Business History*, v. 59, n. 8, p. 1218-1241, 2017. DOI: 10.1080/00076791.2016.1223048.

MAGNUSSON, L. Business history and the history of work – a contested relationship. *Business History*, v. 56, n. 1, p. 71-83, 2014. DOI: 10.1080/00076791.2013.818421.

MCGAUGHEY, S. L. Institutional entrepreneurship in North American lightning protection standards: Rhetorical history and unintended consequences of failure. *Business History*, v. 55, n. 1, p. 73-97, 2013. DOI: 10.1080/00076791.2012.687537.

MCKINLAY, A. Following Foucault into the archives: clerks, careers and cartoons. **Management & Organizational History**, v. 8, n. 2, p. 137-154, 2013. DOI: 10.1080/17449359.2012.761498.

MILLS, A. J. et al. Re-visiting the historic turn 10 years later: current debates in management and organizational history – an introduction. **Management & Organizational History**, v. 11, n. 2, p. 67-76, 2016. DOI: 10.1080/17449359.2016.1164927.

MORCK, R.; YEUNG, B. Economics, History, and Causation. **Business History Review**, v. 85, n. 1, p. 39-63, 2011. DOI: 10.1017/S000768051100002X

MORDHORST, M.; SCHWARZKOPF, S. Theorising narrative in business history. **Business History**, v. 59, n. 8, p. 1155-1175, 2017.

MORDHORST, M. Arla and Danish national identity – business history as cultural history. **Business History**, v. 56, n. 1, p. 116-133, 2014. DOI: 10.1080/00076791.2013.818422.

MULDOON, J. The Hawthorne legacy: A reassessment of the impact of the Hawthorne studies on management scholarship, 1930-1958. **Journal of Management History**, v. 18, n. 1, p. 105-119, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1108/17511341211188682>

MULDOON, J. Stubborn things: evidence, postmodernism and the craft of history. **Journal of Management History**, v. 25, n. 1, p. 125-136, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1108/JMH-09-2018-0046>

MÜLLER, M. What do firms maximise? The contribution of business history to a controversial topic. **Business History**, v. 56, n. 1, p. 22-36, 2014. DOI: 10.1080/00076791.2013.818423.

MUSACCHIO, A.; TURNER, D. J. Does the law and finance hypothesis pass the test of history? **Business History**, v. 55, n. 4, p. 524-542, 2013. DOI: 10.1080/00076791.2012.741976.

NAYAK, A.; MACLEAN, M. Co-evolution, opportunity seeking and institutional change: Entrepreneurship and the Indian telecommunications industry. 1923–2009. **Business History**, v. 55, n. 1, p. 29-52, 2013. DOI: 10.1080/00076791.2012.687538.

NOVAK, W. Institutional Economics and the Progressive Movement for the Social Control of American Business. **Business History Review**, v. 93, n. 4, p. 665-696, 2019. DOI: 10.1017/S0007680519001259.

NYLEHN, B. A history of organization studies as a segmented field: Interpretations of the case of Norway. **Management & Organizational History**, v. 6, n. 3, p. 227-247, 2011. DOI: 10.1177/1744935910364051

OJALA, J. et al. Let the best story win – evaluation of the most cited business history articles. **Management & Organizational History**, v. 12, n. 4, p. 305-333, 2017. DOI: 10.1080/17449359.2017.1394200

OKOLI, C. A guide to conducting a standalone systematic literature review. *Communications of the Association for Information Systems*, v. 37, n. 43, p. 879–910, 2015.

OLEJNICZAK, T.; PIKOS, A.; GOTO, T. In search of continuity: Theoretical and methodological insights from a case study of a Polish centennial company. **Journal of Management History**, v. 25, n. 4, p. 565-584, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1108/JMH-01-2018-0008>

PALUDI, M. I.; MILLS, J. H.; MILLS, A. Cruzando fronteras: the contribution of a decolonial feminism in organization studies. **Management & Organizational History**, v. 14, n. (1), p. 55-78, 2019. DOI: 10.1080/17449359.2019.1578668.

PANZA, L.; VILLE, S.; MERRETT, D. The drivers of firm longevity: Age, size, profitability and survivorship of Australian corporations, 1901–1930. **Business History**, v. 60, n. 2, p. 157-177, 2018. DOI: 10.1080/00076791.2017.1293041.

PFEFFERMAN, T. Reassembling the archives: business history knowledge production from an actor-network perspective. **Management & Organizational History**, v. 11, n. 4, p. 380-398, 2016. DOI: 10.1080/17449359.2017.1280408.

PICCIAIA, F. “In spite of everything?” Female entrepreneurship from a historical perspective: The Italian businesswoman Luisa Spagnoli (1877-1935). **Journal of Management History**, v. 23, n. 4, p. 436-451, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1108/JMH-02-2017-0004>

PITELIS, C. Globalization, Development, and History in the Work of Edith Penrose. **Business History Review**, v. 85, n. 1, p. 65-84, 2011. DOI: 10.1017/S0007680511000031.

POPP, A.; FELLMAN, S. Writing business history: Creating narratives. **Business History**, v. 59, n. 8, p. 1242-1260, 2017. DOI: 10.1080/00076791.2016.1250742.

RONSSSE, S.; RAYP, G. International shipping traffic as a determinant of the growing use of advertisements by local shopkeepers: a case study of eighteenth century Ghent. **Business History**, v. 58, n. 4, p. 479-500, 2016. DOI: 10.1080/00076791.2015.1085974.

ROSCOE, P.; CRUZ, A. D.; HOWORTH, C. How does an old firm learn new tricks? A material account of entrepreneurial opportunity. **Business History**, v. 55, n. 1, p. 53-72, 2013. DOI: 10.1080/00076791.2012.687540

ROWLINSON, M. Management & Organizational History: the continuing historic turn. **Management & Organizational History**, v. 8, n. 4, p. 327-328, 2013. DOI: 10.1080/17449359.2013.853509

ROWLINSON, M.; HASSARD, J.; DECKER, S. Research Strategies for Organizational History: A Dialogue Between Historical Theory and Organization Theory. **The Academy of Management Review**, v. 39, n. 4, p. 250-374, 2014.

ROWLINSON, M.; HASSARD, J. S. Historical neo-institutionalism or neo-institutionalist history? Historical research in management and organization studies, **Management & Organizational History**, v. 8, n. 2, p. 111-126, 2013. DOI: 10.1080/17449359.2013.780518.

RYGGVIK, H. A Short History of the Norwegian Oil Industry: From Protected National Champions to Internationally Competitive Multinationals. **Business History Review**, v. 89, n. 1, p. 3-41, 2015. DOI: 10.1017/S0007680515000045.

SCHAUFELBUEHL, J. M. The transatlantic business community faced with US direct investment in Western Europe, 1958–1968. **Business History**, v. 58, n. 6, p. 880-902, 2016. DOI: 10.1080/00076791.2015.1128895

SCHREYÖGG, G.; SYDOW, J.; HOLTSMANN, P. How history matters in organisations: The case of path dependence. **Management & Organizational History**, v. 6, n. 1, p. 81-100, 2011. DOI: 10.1177/1744935910387030.

SCHWARZ, C. A review of management history from 2010-2014 utilizing a thematic analysis approach. **Journal of Management History**, v. 21, n. 4, p. 494-504, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1108/JMH-05-2014-0109>

SCHWARZKOPF, S. Why Business historians Need a Constructive Theory of the Archive. Munich Personal RePEc Archive. **MPRA Paper**, No. 46650, 2013. DOI: <http://mpa.ub.uni-muenchen.de/46650>

SEIFRIED, C. S.; NOVICEVIC, M. M. The history of the modernisation construct: Tracing the contribution of business and economic historians. **Journal of Management History**, v. 23, n. 1, p. 51-73, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1108/JMH-08-2016-0048>

SILVA, P.; MOREIRA, A. Divestment cycles in the Portuguese electrical and electronics industry – an historical, multilevel analysis (1975–2015). **Management & Organizational History**, v. 14, n. 3, p. 266-293, 2019. DOI: 10.1080/17449359.2019.1698438.

SIVRAMKRISHNA, S. From merchant to merchant-ruler: A structure–conduct–performance perspective of the East India Company's history, 1600–1765. **Business History**, v. 56, n. 5, p. 789-815, 2014. DOI: 10.1080/00076791.2013.847427.

ŚLIWA, M. Learning to listen: an organizational researcher's reflections on 'doing oral history'. **Management & Organizational History**, v. 8, n. 2, p. 185-196, 2013. DOI: 10.1080/17449359.2013.778448.

ŚLIWA, M.; TAYLOR, B. Everything comes down to money? Migration and working life trajectories in a (post-)socialist context. **Management & Organizational History**, v. 6, n. 4, p. 347-366, 2011. DOI: 10.1177/1744935911406103

SMITH, A.; SIMEONE, D. Learning to use the past: the development of a rhetorical history strategy by the London headquarters of the Hudson's Bay Company. **Management & Organizational History**, v. 12, n. 4, p. 334-356, 2017. DOI: 10.1080/17449359.2017.1394199

SMOTHERS, J. et al. Institutional entrepreneurship as emancipating institutional work: James Meredith and the Integrationist Movement at Ole Miss. **Journal of Management History**, v. 20, n. 1, p. 114-134, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1108/JMH-06-2012-0047>

SRINIVAS, N. The possibilities of the past: Two routes to a past and what they tell us about professional power. **Management & Organizational History**, v. 7, n. 3, p. 237-249, 2012. DOI: 10.1177/1744935912444363

STEELE, L. M. et al. The reestablishment of the Journal of Management History: A quantitative review of 2005 to 2009. **Journal of Management History**, v. 21, n. 4, p. 439-452, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1108/JMH-05-2015-0164>

SUDDABY, R.; FOSTER, W. M. History and Organizational Change. **Journal of Management**, v. 43, n. 1, p. 19–38, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/0149206316675031>

SYLVESTER, A.; TATE, M.; JOHNSTONE, D. Beyond synthesis: re-presenting heterogeneous research literature. **Behaviour & Information Technology**, v. 32, n. 12, p. 1199-1215, 2013. DOI: 10.1080/0144929X.2011.624633.

TAYLOR, J. Privacy, Publicity, and Reputation: How the Press Regulated the Market in Nineteenth-Century England. **Business History Review**, v. 87, n. 4, p. 679-701, 2013. DOI: 10.1017/S0007680513001098

TIKHOMIROV, A. A. Mythology remains: one more tale behind The Principles of Scientific Management. **Management & Organizational History**, v. 12, n. 1, p. 30-46, 2017. DOI: 10.1080/17449359.2017.1305909.

TONGO, C. Conceptualizing human nature in a knowledge-driven economy: A management history perspective. **Management & Organizational History**, v. 7, n. 4, p. 369-387, 2012. DOI: 10.1177/1744935912457317.

TONINELLI, P. A.; VASTA, M. (2014). Opening the black box of entrepreneurship: The Italian case in a historical perspective. **Business History**, v. 56, n. 2, p. 161-186. DOI: 10.1080/00076791.2012.745068.

TRIVELLATO, F. Renaissance Florence and the Origins of Capitalism: A Business History Perspective. **Business History Review**, v. 94, n. 1, p. 229-251, 2020. DOI: 10.1017/S0007680520000033.

VAN BAALEN, P.; KARSTEN, L. The evolution of management as an interdisciplinary field. **Journal of Management History**, v. 18, n. 2, p. 219-237, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1108/17511341211206861>

VAN LENT, W.; DUREPOS, G. Nurturing the historic turn: “history as theory” versus “history as method”. **Journal of Management History**, v. 25, n. 4, p. 429-443, 2019.

DOI: <https://doi.org/10.1108/JMH-03-2019-0017>

VERBEKE, A.; KANO, L. The New Internalization Theory and Multinational Enterprises from Emerging Economies: A Business History Perspective. **Business History Review**, v. 89, n. 3, p. 415-445, 2015. DOI: 10.1017/S0007680515000689.

WADHWANI, R. D. et al. History as Organizing: Uses of the Past in Organization Studies. **Organization Studies**, v. 39, n. 12, p. 1663–1683, 2018. DOI:

<https://doi.org/10.1177/0170840618814867>

WANDERLEY, S.; FARIA, A. The Chandler–Furtado case: A de-colonial re-framing of a North/South (dis)encounter. **Management & Organizational History**, v. 7, n. 3, p. 219-236, 2012. DOI: 10.1177/1744935912444355.

WEATHERBEE, T. G. Caution! This historiography makes wide turns: Historic turns and breaks in management and organization studies. **Management & Organizational History**, v. 7, n. 3, p. 203-218, 2012. DOI: 10.1177/1744935912444356.

WILLIAMS, K. S.; MILLS, A. J. Frances Perkins: gender, context and history in the neglect of a management theorist. **Journal of Management History**, v. 23, n. 1, p. 32-50, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1108/JMH-09-2016-0055>

WILLIAMS, K. S.; MILLS, A. J. Hallie Flanagan and the federal theater project: a critical undoing of management history. **Journal of Management History**, v. 24, n. 3, p. 282-299, 2018. <https://doi.org/10.1108/JMH-11-2017-0059>

WILLIAMSON, D. D.; RASMUSSEN, E. The big bang: the birth of human resource management in New Zealand hotel sector. **Journal of Management History**, v. 26, n. 1, p. 99-115, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1108/JMH-04-2019-0028>

WOLFSWINKEL, F. J.; FURTMUELLER E.; WILDEROM, C. P. M. Using grounded theory as a method for rigorously reviewing literature. **European Journal of Information Systems**, v. 22, n. 1, p. 45-55, 2013. DOI: 10.1057/ejis.2011.51.

ZALD, M. Organization Studies as a Scientific and Humanistic Enterprise: Toward a Reconceptualization of the Foundations of the Field. **Organization Science**, v. 4, n. 4, p. 513-528, 1993.

ZALD, M. More Fragmentation? Unfinished Business in Linking the Social Sciences and the Humanities. **Administrative Science Quarterly**, v. 41, n. 2, p. 251-261, 1996. DOI: 10.2307/2393717.

ZAN, L. Complexity, anachronism and time-parochialism: historicising strategy while strategising history. **Business History**, v. 58, n. 4, p. 571-596, 2016. DOI: 10.1080/00076791.2014.956730.

ZUNDEL, M.; HOLT, R.; POPP, A. Using history in the creation of organizational identity. **Management & Organizational History**, v. 11, n. 2, p. 211-235, 2016. DOI: 10.1080/17449359.2015.1124042.